Gabarito comentado

Delegado de Polícia · código PCPR-DL-0605-00CE

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	**E**	**A**	**D**	**C**	**B**	**A**	**A**	**E**	**C**
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	**A**	**A**	**B**	**C**	**D**	**B**	**C**	**D**	**B**
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
E	**E**	**D**	**D**	**E**	**E**	**B**	**C**	**E**	**D**
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	**A**	**A**	**C**	**A**	**E**	**B**	**D**	**E**	**B**
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	**C**	**D**	**D**	**A**	**E**	**A**	**C**	**B**	**C**

Comentários por questão. A alternativa correta aparece destacada no enunciado reproduzido.

Direito Penal

Questão 01 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2026 · TJ-BA · Juiz Substituto · Concurso de Pessoas

Pedro, empresário do ramo imobiliário, desejando eliminar um concorrente comercial, entra em contato com integrantes de uma conhecida associação criminosa, notória por reunir atiradores profissionais. Pedro contrata, mediante pagamento de vultosa quantia, a execução de homicídio contra Carlos, seu rival. Os membros da associação consumam o crime conforme o pactuado, efetuando disparos de arma de fogo que resultam na morte da vítima. Considerando a conduta acima descrita, é correto afirmar que Pedro responderá penalmente:

(A) por homicídio e pelo crime autônomo de organização criminosa, uma vez que a contratação de integrantes de uma associação criminosa para matar o seu rival tipifica novo crime;

(B) por homicídio e pelo crime de associação criminosa, pois a conduta de contratar o cometimento do delito contra a vida do desafeto a integrantes de uma associação criminosa também o submete à pena cominada ao tipo fundamental do Art. 288 do Código Penal;

(C) por homicídio, pois a contratação para eliminar a vida do rival é apta a configurar a autoria, de acordo com a teoria do domínio do fato, de modo que ele responde unicamente pelo crime contra a vida, na qualidade de autor intelectual;

(D) por homicídio e pelo crime autônomo de contratação de associação criminosa tipificado no Código Penal, porquanto há desígnios autônomos para a prática do homicídio e para a contratação da associação, o que atrai o concurso material de delitos;

(E) por homicídio qualificado pela paga ou promessa de recompensa, que, por ser qualificadora específica, abrange o desvalor da contratação de integrante de associação criminosa, tornando inconcebível a imputação de crime adicional, por força do princípio non bis in idem.

Por que B está correta. Gabarito B. A Lei nº 15.245/2025 incluiu o § 2º no art. 288 do Código Penal: incorre nas penas do caput (reclusão de 1 a 3 anos) quem solicita ou contrata o cometimento de crime a integrante de associação criminosa. Pedro, além de responder pelo homicídio como autor intelectual (mandante), responde por essa figura do art. 288, que protege outro bem jurídico, a paz pública.

A Os executores integram associação criminosa, não organização criminosa da Lei nº 12.850/2013, e contratar integrante de grupo não é, por si só, crime autônomo de organização criminosa.

C Ignora o § 2º do art. 288, incluído pela Lei nº 15.245/2025: a contratação de integrante de associação criminosa é punida à parte, além da autoria intelectual do homicídio.

D Não há tipo autônomo de "contratação de associação criminosa": a conduta está no próprio art. 288, § 2º, com a pena do caput; a ideia de "desígnios autônomos" pertence ao concurso formal impróprio.

E A qualificadora da paga (art. 121, § 2º, I) agrava o homicídio, mas não absorve a figura do art. 288, § 2º, que tutela bem jurídico distinto; não há bis in idem.

Pulo do gato: Contratar crime de integrante de associação criminosa é art. 288, § 2º (Lei nº 15.245/2025), em concurso com o crime contratado.

Questão 02 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Crimes contra o patrimônio

Em um mesmo plantão, a autoridade policial registrou três ocorrências. Gustavo, de 34 anos, visitou o pai, Osvaldo, de 67 anos, e, aproveitando que ele cochilava, retirou de uma gaveta um relógio valioso e saiu do imóvel. Um vizinho que viu a saída apressada alertou Osvaldo, e policiais acionados de imediato localizaram Gustavo cerca de vinte minutos depois, a duas quadras dali, com o relógio no bolso. Tânia, monitorada desde a entrada pelas câmeras de um supermercado, foi detida pelos seguranças logo depois de passar pela linha dos caixas com produtos escondidos na bolsa. Rui, primário, subtraiu objeto de pequeno valor depois de romper o cadeado de um armário.

Considerando o Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

I. Gustavo não está isento de pena, pois a escusa absolutória do descendente que subtrai bem do ascendente não se aplica quando a vítima tem 60 anos ou mais.
II. O furto praticado por Gustavo consumou-se, ainda que a posse do relógio tenha sido breve e não tenha sido mansa e pacífica.
III. Tânia praticou crime impossível, pois o monitoramento ininterrupto por câmeras tornou absolutamente ineficaz o meio empregado.
IV. Rui não pode ser beneficiado pelo furto privilegiado, porque a figura privilegiada é incompatível com qualquer qualificadora.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I e II, apenas.

Por que E está correta. Estão corretas as afirmativas I e II. I: o art. 181, II, isenta de pena o descendente que furta o ascendente, mas o art. 183, III, afasta a escusa quando a vítima tem 60 anos ou mais; Osvaldo tem 67. II: pelo Tema repetitivo 934 do STJ, o furto se consuma com a inversão da posse, ainda que por breve tempo e seguida de perseguição imediata e recuperação do bem, sendo dispensável a posse mansa e pacífica. III está errada: a Súmula 567 do STJ diz que o sistema de vigilância eletrônica ou a presença de seguranças não torna impossível a configuração do furto. IV está errada: a Súmula 511 do STJ admite o privilégio no furto qualificado quando o agente é primário, a coisa é de pequeno valor e a qualificadora é de ordem objetiva, como o rompimento de obstáculo.

Fundamento: CP, arts. 155, §§ 2º e 4º, I, 181, II, e 183, III; STJ, Súmulas 511 e 567; STJ, Tema repetitivo 934 (dispositivos não alterados pela Lei nº 15.397/2026, conferida em planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15397.htm).

A Deixa de fora a afirmativa II, que está correta: a consumação do furto dispensa posse mansa e pacífica (Tema 934 do STJ).

B Deixa de fora a afirmativa I: a escusa do art. 181, II, não alcança a vítima com 60 anos ou mais (art. 183, III).

C Inclui a afirmativa III, contrariada pela Súmula 567 do STJ: a vigilância eletrônica não gera crime impossível.

D Inclui a afirmativa IV, contrariada pela Súmula 511 do STJ: o privilégio convive com a qualificadora objetiva, como o rompimento de obstáculo.

Pulo do gato: Escusa do parente cai com vítima idosa; furto consuma com a inversão da posse; câmera não faz crime impossível; privilégio convive com qualificadora objetiva.

Questão 03 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Causas de extinção da punibilidade

Leandro foi condenado, por sentença transitada em julgado, à pena de 2 anos de reclusão pela prática de estelionato. Durante a execução, sobreveio decreto presidencial de indulto natalino, cujos requisitos ele preenchia, e o juízo da execução declarou extinta a punibilidade. Oito meses depois, Leandro foi preso em flagrante pela prática de receptação. Ao lavrar o auto, o delegado de polícia examinou a folha de antecedentes e precisou avaliar a repercussão da condenação anterior. Um colega de plantão observou que, se em vez do indulto tivesse sido editada lei de anistia abrangendo o fato anterior, a conclusão seria outra.

Considerando o Código Penal, a Constituição Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

(A) o indulto atingiu apenas os efeitos primários da condenação, de modo que ela ainda pode gerar reincidência; a anistia, por sua vez, apagaria os efeitos penais do fato.

(B) o indulto extinguiu todos os efeitos penais da condenação, inclusive a reincidência, ao passo que a anistia alcançaria apenas a pretensão executória da pena.

(C) o indulto e a anistia são concedidos pelo Presidente da República e, por isso, produzem os mesmos efeitos, mantendo a reincidência nas duas hipóteses.

(D) a condenação anterior gera reincidência, porque o indulto não é causa de extinção da punibilidade, mas mera comutação da pena que restava cumprir.

(E) a condenação anterior só pode ser valorada como maus antecedentes, nunca como reincidência, pois o indulto produz os efeitos da reabilitação criminal.

Por que A está correta. Pela Súmula 631 do STJ, o indulto extingue os efeitos primários da condenação (a pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais. A reincidência é efeito secundário e subsiste: entre a extinção da pena e o novo crime passaram oito meses, dentro do período de cinco anos do art. 64, I. A anistia, concedida por lei do Congresso Nacional (CF, art. 48, VIII), alcança o próprio fato e apaga os efeitos penais da condenação, inclusive a reincidência; restam só os efeitos civis.

Fundamento: CP, arts. 63, 64, I, e 107, II; CF, arts. 48, VIII, e 84, XII; STJ, Súmula 631.

B Inverte os institutos: é a anistia que apaga os efeitos penais, e o indulto que atinge só a pretensão executória (Súmula 631 do STJ).

C A anistia é concedida por lei do Congresso Nacional (CF, art. 48, VIII), não pelo Presidente; por isso os efeitos são diferentes.

D A conclusão (há reincidência) está certa, mas o motivo não: o indulto é causa de extinção da punibilidade (CP, art. 107, II); a comutação é a redução parcial da pena.

E O indulto não se confunde com a reabilitação (CP, arts. 93 a 95), e a condenação anterior gera reincidência, não apenas maus antecedentes.

Pulo do gato: Indulto apaga a pena, não a condenação: a reincidência fica. Anistia apaga o fato.

Questão 04 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Tipicidade

Em aula preparatória para a prova oral de Delegado de Polícia, o professor apresentou quatro situações hipotéticas sobre a relação de causalidade, cada uma acompanhada de uma conclusão.

I. Ernesto, com intenção de matar, feriu Joaquim a facadas; levado ao hospital, Joaquim morreu no incêndio que destruiu a enfermaria onde se recuperava. Ernesto responde por tentativa de homicídio, pois a causa superveniente relativamente independente produziu, por si só, o resultado.
II. Gilmar, com intenção de matar, atropelou Wagner, que morreu porque a ambulância que o levava ao hospital colidiu com um caminhão no trajeto. Gilmar responde por homicídio consumado, já que, sem o atropelamento, Wagner não estaria na ambulância.
III. Rodrigo disparou contra Murilo, com intenção de matar, sem saber que ele, minutos antes, ingerira veneno ministrado por terceiro, apontado pela perícia como causa exclusiva da morte. Rodrigo responde por tentativa de homicídio.
IV. Mirela, por brincadeira, empurrou para a parte funda de uma piscina um colega que não sabia nadar. Ela tinha o dever jurídico de agir para evitar o afogamento, ainda que não tivesse obrigação legal de cuidado, proteção ou vigilância em relação a ele.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Por que D está correta. Estão corretas I, III e IV. I: o incêndio no hospital é causa superveniente relativamente independente que, por si só, produziu o resultado; pelo art. 13, § 1º, exclui-se a imputação da morte, e o agente responde pelos atos já praticados (tentativa). III: o veneno ministrado antes por terceiro é causa preexistente absolutamente independente; a morte não decorre da conduta de Rodrigo, que responde por tentativa. IV: quem, com seu comportamento anterior, cria o risco do resultado tem o dever de agir (art. 13, § 2º, "c", a ingerência), independentemente de obrigação legal de cuidado. II está errada: o acidente da ambulância é causa superveniente relativamente independente que, por si só, produziu a morte; o raciocínio da conditio sine qua non é afastado pelo § 1º, e Gilmar responde por tentativa.

Fundamento: CP, art. 13, caput e §§ 1º e 2º, "c" (dispositivo não alterado pelas Leis nº 15.280/2025 e nº 15.358/2026).

A Deixa de fora a IV: a ingerência (art. 13, § 2º, "c") cria o dever de agir mesmo sem obrigação legal de cuidado.

B Inclui a II, que aplica a equivalência dos antecedentes onde o § 1º do art. 13 a afasta, e exclui a I e a III, que estão corretas.

C Inclui a II: o acidente da ambulância rompe a imputação do resultado, como o incêndio do hospital, e exclui a IV, que está correta.

E Inclui a II, que está errada: a causa superveniente que por si só produz o resultado limita a responsabilidade aos atos anteriores.

Pulo do gato: Acidente da ambulância e incêndio no hospital: tentativa. Quem cria o risco tem de agir.

Questão 05 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Penas privativas de liberdade

Ao sentenciar Hélio pela prática de roubo, o juiz examinou a folha de antecedentes, que registrava: (1) dois inquéritos policiais em andamento por furto; (2) condenação definitiva por lesão corporal, com pena extinta pelo cumprimento sete anos antes do novo fato; (3) condenação por estelionato referente a fato anterior ao roubo, mas com trânsito em julgado posterior à data deste; (4) condenação definitiva por receptação, com trânsito em julgado e pena cumprida antes do roubo, dois anos antes dele.

Considerando o Código Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, analise as afirmativas a seguir.

I. Os inquéritos em andamento não podem ser utilizados para agravar a pena-base.
II. A condenação por lesão corporal não pode ser valorada como maus antecedentes, pois já foi superado o período depurador de cinco anos.
III. A condenação por estelionato não gera reincidência, mas pode ser valorada como maus antecedentes na primeira fase.
IV. A condenação por receptação pode ser utilizada, ao mesmo tempo, como maus antecedentes na primeira fase e como agravante da reincidência na segunda.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I, III e IV.

Por que C está correta. Estão corretas I e III. I: a Súmula 444 do STJ veda o uso de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base. III: a reincidência exige crime praticado depois do trânsito em julgado da condenação anterior (CP, art. 63); se o trânsito é posterior ao novo fato, não há reincidência, mas a condenação pode configurar maus antecedentes. II está errada: no Tema 150, o STF fixou que o prazo de cinco anos do art. 64, I, não se aplica aos maus antecedentes; a condenação antiga pode ser valorada na primeira fase. IV está errada: usar a mesma condenação como maus antecedentes e como reincidência é bis in idem (Súmula 241 do STJ).

Fundamento: CP, arts. 59, 61, I, 63 e 64, I; STJ, Súmulas 241 e 444; STF, Tema 150 da repercussão geral (RE 593.818).

A Deixa de fora a III, que está correta: condenação com trânsito posterior ao novo fato pode configurar maus antecedentes, embora não gere reincidência.

B Inclui a II: o período depurador do art. 64, I, só afasta a reincidência, não os maus antecedentes (STF, Tema 150).

D Inclui a II e a IV, ambas erradas, e deixa de fora a I e a III, que estão corretas.

E Inclui a IV, que contraria a Súmula 241 do STJ: a mesma condenação não pode ser usada nas duas fases.

Pulo do gato: Inquérito em curso não pesa; período depurador apaga a reincidência, não o antecedente; uma condenação, uma fase.

Questão 06 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2022 · PC-AM · Delegado de Polícia · Crimes contra a administração pública

No dia 29 de novembro de 2017, na sede do Distrito Policial, Maria compareceu para dar causa à instauração de investigação policial em desfavor de João, imputando-lhe a autoria de tentativa de homicídio de que ela sabia ser João inocente. Segundo consta dos autos, Maria teria narrado à autoridade policial que seu irmão João, em 28 de novembro de 2017, havia acelerado o veículo que conduzia, em sua direção, no interior do estacionamento do Esporte Clube Manaus, tudo com a intenção de matá-la. Tais notícias foram então registradas no Boletim de Ocorrência 171/2017 daquela unidade policial, o que ocasionou a instauração de inquérito policial para investigação. Também no dia 29 de novembro de 2017, na mesma unidade policial, João compareceu para registrar ocorrência (Boletim de Ocorrência 173/2017), consistente em lesões corporais graves realizadas por Maria, haja vista ter alegado que Maria se jogou sobre o capô do seu carro em movimento e, quando parou seu carro, foi veementemente agredido. Tais fatos foram incorporados no mesmo inquérito policial. No decorrer das investigações, teria ficado afinal apurado que Maria teria se colocado intencionalmente na frente do carro conduzido por João, que trafegava em baixa velocidade no interior do estacionamento, consoante laudo pericial e, ademais, tendo em vista as declarações das testemunhas presenciais, culminando com a sugestão de arquivamento da investigação daquela hipotética tentativa de homicídio. Quanto ao delito de denunciação caluniosa referido, é correto afirmar que

(A) não há configuração do delito, pois houve a investigação de outros fatos diversos, o que retira a tipicidade da conduta de Maria.

(B) há configuração do delito, pois o crime consiste em fazer a autoridade policial investigar ilícito de que sabe inocente o investigado.

(C) não há configuração do delito, pois houve a investigação de outros fatos diversos, o que retira a ilicitude da conduta de Maria.

(D) há configuração do delito, pois o crime consiste em fazer a autoridade policial investigar qualquer fato.

(E) não há configuração do delito, pois houve a investigação de outros fatos diversos, o que retira a culpabilidade da conduta de Maria.

Por que B está correta. Gabarito B. A denunciação caluniosa (CP, art. 339) consiste em dar causa à instauração de investigação ou inquérito contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente. Maria provocou a instauração do inquérito por tentativa de homicídio sabendo que João era inocente; o crime está consumado, e a apuração de outros fatos no mesmo inquérito não muda isso.

A A apuração conjunta de outros fatos não retira a tipicidade: a investigação contra João foi instaurada por imputação falsa de crime.

C Nenhuma causa de justificação está presente; a reunião de fatos no mesmo inquérito não exclui a ilicitude.

D Não é qualquer fato: o tipo exige a imputação de crime (ou infração ético-disciplinar ou ato ímprobo, na redação atual) a quem o agente sabe inocente.

E Não há causa de exclusão da culpabilidade; Maria agiu com plena consciência da inocência de João.

Pulo do gato: Denunciação caluniosa: imputar falsamente crime e provocar a investigação. Outros fatos no mesmo inquérito não salvam o agente.

Questão 07 · Gabarito A

Questão real · FGV · 2025 · MPE-ES · Promotor de Justiça Substituto · Crimes contra a vida

Em setembro de 2025, Carlos, primário e portador de bons antecedentes, professor da instituição de ensino Alfa, tentou matar Caio, seu aluno, pessoa sabidamente com deficiência e com dezesseis anos de idade à época dos fatos. Registre-se que os fatos ocorreram nas dependências da referida instituição de ensino. Sem motivo aparente, Carlos esfaqueou Caio, mas o crime não se consumou, pois outros funcionários da escola intervieram e prontamente socorreram a vítima. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. ( ) O fato do homicídio tentado ter ocorrido nas dependências da instituição de ensino não tem o condão de qualificar o delito. ( ) A pena de Carlos será aumentada, na terceira fase do processo dosimétrico, porquanto a vítima Caio é pessoa com deficiência. ( ) Embora a condição de Carlos, como professor da instituição de ensino Alfa, não configure causa de aumento de pena do crime de homicídio tentado, é possível que o Ministério Público requeira ao juiz a consideração desse fato como circunstância judicial desfavorável, na primeira fase da dosimetria da pena. As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – F.

(B) V – V – F.

(C) F – F – F.

(D) V – V – V.

(E) V – F – V.

Por que A está correta. Gabarito A (F – V – F). A Lei nº 15.159/2025, anterior ao fato (setembro de 2025), alterou o art. 121 do Código Penal: incluiu a qualificadora do homicídio cometido nas dependências de instituição de ensino (§ 2º, X) e as causas de aumento do § 2º-C, de 1/3 até a metade se a vítima é pessoa com deficiência (inciso I) e de 2/3 se o autor é professor ou funcionário da instituição de ensino (inciso II). Logo, a primeira afirmativa é falsa (o local qualifica), a segunda é verdadeira (aumento na terceira fase) e a terceira é falsa (a condição de professor é causa de aumento, não circunstância judicial).

B Erra a primeira afirmativa: o homicídio nas dependências de instituição de ensino é qualificado (art. 121, § 2º, X, incluído pela Lei nº 15.159/2025).

C Erra a segunda: a deficiência da vítima é causa de aumento de 1/3 até a metade, aplicada na terceira fase (art. 121, § 2º-C, I).

D Erra a primeira e a terceira: o local qualifica o crime, e a condição de professor é causa de aumento de 2/3.

E Erra as três: o local qualifica, a deficiência aumenta a pena e a condição de professor é majorante, não circunstância judicial.

Pulo do gato: Lei nº 15.159/2025: homicídio na escola é qualificado; vítima com deficiência e autor professor aumentam a pena.

Questão 08 · Gabarito A

Questão real · FGV · 2025 · PC-MG · Delegado de Polícia Substituto · Crimes contra a administração pública

Dionísio, agindo com dolo de matar, efetuou seis disparos de arma de fogo em detrimento de Lucas, atingindo-o em partes variadas do corpo, dando azo ao óbito deste. Diversas pessoas testemunharam os fatos, de forma que as autoridades públicas iniciaram, de pronto, buscas pelo autor do delito. Nesse contexto, Dionísio compareceu ao sítio de Bruno, seu irmão, que não tinha qualquer conhecimento anterior sobre o crime praticado. O autor do delito contou o ocorrido e pediu auxílio para que ele pudesse se subtrair à ação dos policiais que o procuravam, obtendo a aquiescência do seu parente. Considerando as disposições do Código Penal, a conduta de Bruno caracteriza o crime de

(A) favorecimento pessoal, mas, por ser irmão do autor do delito, ele fica isento de pena.

(B) favorecimento real, mas, por ser irmão do autor do delito, ele fica isento de pena.

(C) tergiversação, mas, por ser irmão do autor do delito, ele fica isento de pena.

(D) favorecimento real, não havendo hipótese de isenção de pena.

(E) favorecimento pessoal , não havendo hipótese de isenção de pena.

Por que A está correta. Gabarito A. Bruno, sem prévio ajuste com o autor, auxiliou Dionísio, autor de crime punido com reclusão (homicídio), a subtrair-se à ação da autoridade pública: é o favorecimento pessoal (CP, art. 348). Como é irmão do favorecido, fica isento de pena (art. 348, § 2º, que alcança ascendente, descendente, cônjuge ou irmão).

B Favorecimento real (art. 349) é prestar auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime, e não a fuga do autor; além disso, essa figura não tem a escusa do parente.

C Tergiversação é o patrocínio simultâneo ou sucessivo de partes contrárias pelo advogado (art. 355, parágrafo único); nada a ver com o caso.

D O tipo é o favorecimento pessoal, e a isenção do § 2º do art. 348 se aplica ao irmão.

E O tipo está certo, mas há isenção de pena para o irmão do autor (art. 348, § 2º).

Pulo do gato: Esconder o autor: favorecimento pessoal, com isenção para o parente próximo. Esconder o proveito: favorecimento real, sem isenção.

Questão 09 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Crimes contra a dignidade sexual

Nádia, de 17 anos, aluna de curso preparatório mantido por instituição privada, procurou a delegacia e relatou que Saulo, seu professor e responsável pela correção das avaliações que definem a manutenção de bolsa integral, insinuou, em reiteradas mensagens, que ela só conservaria o benefício se aceitasse encontros íntimos com ele. Nádia recusou todas as investidas, e nenhum ato sexual ocorreu. Ao analisar o caso, a autoridade policial considerou o art. 216-A do Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Sobre a situação, analise as afirmativas a seguir.

I. A relação entre professor e aluna pode caracterizar a ascendência inerente ao exercício de função exigida pelo tipo penal do assédio sexual.
II. A ação penal é pública condicionada à representação, a ser oferecida pelo representante legal de Nádia, por ser ela menor de idade.
III. O crime não se consumou, porque o favorecimento sexual pretendido não foi obtido, de modo que a conduta deve ser tratada como tentativa.
IV. Incidindo a causa de aumento relativa à idade da vítima, a pena máxima em abstrato supera dois anos, o que afasta a competência do Juizado Especial Criminal.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I e IV, apenas.

Por que E está correta. Estão corretas I e IV. I: o STJ (REsp 1.759.135/SP) reconheceu que a ascendência do professor sobre o aluno, inerente ao exercício da função docente, pode configurar o assédio sexual. IV: o art. 216-A prevê detenção de 1 a 2 anos, e o § 2º aumenta a pena em até um terço se a vítima é menor de 18 anos; a pena máxima passa de 2 anos, o que retira o crime do conceito de infração de menor potencial ofensivo (Lei nº 9.099/1995, art. 61). II está errada: desde a Lei nº 13.718/2018, os crimes contra a dignidade sexual são de ação penal pública incondicionada (CP, art. 225). III está errada: o assédio sexual é crime formal e se consuma com o constrangimento, ainda que a vantagem sexual não seja obtida.

Fundamento: CP, art. 216-A, caput e § 2º, e art. 225 (redação da Lei nº 13.718/2018; art. 216-A não alterado pela Lei nº 15.280/2025); Lei nº 9.099/1995, art. 61; STJ, REsp 1.759.135/SP.

A Deixa de fora a IV: com a majorante do § 2º, a pena máxima excede 2 anos e afasta o Juizado Especial Criminal.

B A ação penal nos crimes contra a dignidade sexual é pública incondicionada desde a Lei nº 13.718/2018.

C Inclui a II, que está errada, e deixa de fora a IV, que está correta.

D Assédio sexual é crime formal: o constrangimento consuma o delito, sem depender do favorecimento sexual.

Pulo do gato: Professor x aluno pode ser assédio; crime formal; ação incondicionada; com a majorante do § 2º, sai do Juizado.

Questão 10 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2023 · TJ-PR · Juiz Substituto · Penas privativas de liberdade

Em ação penal na qual se imputa ao réu a prática do crime de roubo, na modalidade tentada, constam de sua Folha de Antecedentes Criminais as seguintes anotações, devidamente esclarecidas por certidões cartorárias: 1. condenação transitada em julgado, por crime de ameaça, à pena de multa, cumprida 3 anos e 8 meses antes da prática do crime objeto do processo e 2. condenação transitada em julgado, por contravenção penal de exercício ilegal de profissão ou atividade, à pena de prestação pecuniária, cumprida 2 anos e 9 meses antes da prática do crime objeto do processo. À vista das citadas anotações, é correto afirmar que:

(A) ambas as anotações geram reincidência, sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, caso esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais;

(B) ambas as anotações geram reincidência, não sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, mesmo que esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais;

(C) somente a anotação número 1 gera reincidência, sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, caso esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais;

(D) somente a anotação número 1 gera reincidência, não sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, mesmo que esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais;

(E) nenhuma das anotações gera reincidência, sendo possível a concessão de suspensão condicional da pena privativa de liberdade aplicada, caso esta não supere os 2 anos e sejam favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais.

Por que C está correta. Gabarito C. Reincidência (CP, art. 63) exige crime cometido depois do trânsito em julgado de condenação por crime anterior, observado o prazo de 5 anos do art. 64, I. A anotação 1 (crime de ameaça, pena cumprida 3 anos e 8 meses antes) gera reincidência; a anotação 2 é contravenção penal, que não gera reincidência quando o novo fato é crime. Quanto ao sursis, a condenação anterior a pena de multa não impede a suspensão condicional da pena (CP, art. 77, § 1º), de modo que ela é possível se a pena não superar 2 anos e as circunstâncias judiciais forem favoráveis.

A A contravenção anterior não gera reincidência para o crime posterior; só a anotação 1 conta.

B Erra em dois pontos: a contravenção não gera reincidência, e a condenação anterior a multa não impede o sursis (art. 77, § 1º).

D Acerta a reincidência, mas erra o sursis: a condenação anterior só a pena de multa não o impede.

E A condenação por ameaça, com pena cumprida há menos de 5 anos, gera reincidência.

Pulo do gato: Contravenção antes de crime não gera reincidência; condenação anterior só a multa não barra o sursis.

Direito Processual Penal

Questão 11 · Gabarito D

Questão real · FGV · 2024 · MPE-GO · Promotor de Justiça Substituto · Da Prisão e da Liberdade Provisória

João e Antônio, primários e portadores de bons antecedentes, são capturados em flagrante pela suposta prática do crime de estelionato majorado, em razão da vítima ser pessoa idosa, considerada a relevância do resultado gravoso. Em sede de audiência de custódia, o juiz homologa as prisões flagranciais, mas deixa de convertê-las em prisão preventiva, concedendo liberdade provisória com fiança, arbitrada, para cada um, em R$ 2.000,00. No curso da persecução penal processual subsequente, João, regularmente intimado para ato do processo, deixa de comparecer, sem motivo justo. Antônio, por sua vez, comete nova infração penal dolosa. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) a conduta de João dará azo ao quebramento da fiança, importando na perda da metade do seu valor. Por sua vez, o comportamento de Antônio ensejará a cassação da fiança, gerando a perda da totalidade do seu valor.

(B) a conduta de João dará azo à cassação da fiança, importando na perda da metade do seu valor. Por sua vez, o comportamento de Antônio ensejará o quebramento da fiança, gerando a perda da totalidade do seu valor.

(C) a conduta de João dará azo ao quebramento da fiança, importando na perda da totalidade do seu valor. Por sua vez, o comportamento de Antônio ensejará a cassação da fiança, gerando a perda da totalidade do seu valor.

(D) a conduta de João e o comportamento de Antônio darão azo ao quebramento da fiança, importando na perda de metade do seu valor.

(E) a conduta de João e o comportamento de Antônio darão azo à cassação da fiança, importando na perda da totalidade do seu valor.

Por que D está correta. Gabarito D. As duas condutas são hipóteses de quebramento da fiança: deixar de comparecer, sem motivo justo, a ato do processo para o qual foi regularmente intimado (CPP, art. 341, I) e praticar nova infração penal dolosa (art. 341, V). O quebramento importa a perda de metade do valor da fiança (art. 343), além de permitir ao juiz impor outras cautelares ou, se for o caso, decretar a preventiva.

A A nova infração dolosa também é quebramento (art. 341, V), não cassação; a cassação ocorre quando a fiança era incabível ou há inovação na classificação do delito (arts. 338 e 339).

B Troca os institutos: o não comparecimento é quebramento, e a nova infração dolosa também; nenhum dos casos é cassação.

C O quebramento gera perda de metade do valor (art. 343), não da totalidade; a perda total ocorre se o réu condenado não se apresenta para o início da pena (art. 344).

E Os dois casos são de quebramento, com perda de metade; a cassação não acarreta perda do valor, que é restituído.

Pulo do gato: Quebrou a fiança, perde metade; fugiu da pena definitiva, perde tudo; cassou, devolve.

Questão 12 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Recursos Criminais

Bruno, Caio e Davi foram condenados, na mesma sentença, pela prática, em concurso de agentes, de receptação. Apenas Bruno e Davi apelaram; para Caio, a sentença transitou em julgado. No recurso de Bruno, o tribunal reconheceu que os bens adquiridos não eram produto de crime, porque a suposta subtração anterior jamais ocorreu, e o absolveu por atipicidade da conduta. No recurso de Davi, que tinha 19 anos na data do fato, o tribunal declarou extinta a punibilidade pela prescrição, que só se consumou em razão da redução do prazo prescricional prevista no art. 115 do Código Penal. A defesa de Caio, que tinha 35 anos na data do fato, requereu que os efeitos dos dois julgamentos lhe fossem estendidos.

Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que Caio

(A) deve ser beneficiado pela absolvição de Bruno, mesmo com o trânsito em julgado de sua condenação, mas não pela prescrição reconhecida a Davi, fundada em circunstância pessoal.

(B) deve ser beneficiado pela absolvição de Bruno e pela prescrição reconhecida a Davi, pois o efeito extensivo alcança qualquer decisão favorável proferida no recurso de corréu.

(C) não pode ser beneficiado por nenhuma das decisões, porque o efeito extensivo pressupõe que o corréu também tenha interposto recurso no prazo legal.

(D) só pode obter a extensão da absolvição por meio de revisão criminal, já que o efeito extensivo dos recursos não alcança quem tem condenação transitada em julgado.

(E) deve ser beneficiado apenas pela prescrição reconhecida a Davi, pois as causas extintivas da punibilidade comunicam-se a todos os coautores do crime.

Por que A está correta. Pelo art. 580 do CPP, no concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundada em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveita aos outros. A absolvição de Bruno decorreu da atipicidade do fato (inexistência do crime antecedente), motivo objetivo que aproveita a Caio; a jurisprudência admite a extensão mesmo ao corréu cuja condenação já transitou em julgado. Já a prescrição de Davi só ocorreu pela redução do art. 115 do CP (menor de 21 anos na data do fato), circunstância pessoal que não se estende a Caio.

Fundamento: CPP, art. 580; CP, art. 115.

B O art. 580 exclui da extensão os motivos de caráter exclusivamente pessoal, como a idade do art. 115 do CP.

C O efeito extensivo beneficia justamente o corréu que não recorreu; não exige recurso próprio.

D A revisão criminal é desnecessária: a jurisprudência admite a extensão do art. 580 ao corréu com condenação transitada em julgado.

E Inverte a lógica do art. 580: a prescrição de Davi decorreu de circunstância pessoal e não se comunica; a atipicidade, sim.

Pulo do gato: Art. 580: motivo objetivo se estende ao corréu, até com trânsito em julgado; motivo pessoal, não.

Questão 13 · Gabarito A

Questão real · FGV · 2025 · MPE-RJ · MPE-RJ – 2025 - Promotor de Justiça Substituto - Concurso XXXVIII · Ação Penal

Rogério e Furtado foram indiciados pela autoridade policial em razão da prática de crime de estelionato contra Amâncio, o qual foi à Delegacia e representou contra os supostos autores do fato delituoso. Após a conclusão das investigações, o Ministério Público, no prazo legal, promoveu o arquivamento da investigação em relação a ambos os indiciados, sob o fundamento da inexistência de fato criminoso, havendo apenas ilícito civil, notificando a vítima no prazo legal, bem como o Juízo, o qual se limitou a acolher a promoção do Ministério Público. Decorridos seis meses do recebimento da notificação, Amâncio ajuizou Ação Penal Privada Subsidiária apenas em face de Rogério, deixando de fazê-lo em relação a Furtado. Nesse contexto, está correto afirmar que a Ação Penal Privada Subsidiária

(A) não deverá ser recebida pelo Juízo, pois é incabível diante da promoção de arquivamento do Ministério Público efetuada no prazo legal.

(B) deverá ser recebida pelo Juízo, diante do direito que possui a vítima de rever a promoção de arquivamento do Ministério Público.

(C) não deverá ser recebida pelo Juízo, pois o direito de queixa é indivisível, e a vítima somente ajuizou a ação em face de Rogério.

(D) deverá ser recebida pelo Juízo, em razão da omissão do Ministério Público em exercer a Ação Penal Pública, não tendo havido a decadência do direito de queixa.

(E) não deverá ser recebida pelo Juízo, pois se verificou a perempção do direito de queixa, bem como em razão de esta ser indivisível em relação aos autores do fato criminoso.

Por que A está correta. Gabarito A. A ação penal privada subsidiária da pública (CF, art. 5º, LIX; CPP, art. 29) só cabe diante da inércia do Ministério Público, que não oferece denúncia nem adota outra providência no prazo legal. Se o Ministério Público promoveu o arquivamento dentro do prazo, não houve inércia, e a vítima não pode substituí-lo; o meio próprio para discordar é submeter a matéria à revisão da instância competente do Ministério Público (CPP, art. 28, § 1º).

B A subsidiária não é instrumento de revisão do arquivamento; a vítima dispõe da revisão interna do Ministério Público.

C O fundamento está errado: a ação é incabível por ausência de inércia, e não pela indivisibilidade da queixa.

D Não houve omissão do Ministério Público, que promoveu o arquivamento no prazo.

E Não se fala em perempção, instituto da ação privada exclusiva, e a ação nem chegou a ser cabível.

Pulo do gato: Arquivamento no prazo não é inércia: sem inércia, não há queixa subsidiária.

Questão 14 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Da Prisão e da Liberdade Provisória

Em determinada comarca, ocorreram as seguintes situações. Na audiência de custódia de Fabrício, preso em flagrante por roubo, nem o Ministério Público nem a autoridade policial pediram a prisão, e o juiz, considerando a gravidade concreta dos fatos, converteu o flagrante em preventiva. A preventiva de Gilberto, decretada no curso da instrução, não foi reexaminada pelo juízo por mais de cento e vinte dias. A preventiva de Heitor foi mantida pelo Tribunal de Justiça no acórdão que confirmou sua condenação, e seguem pendentes recursos especial e extraordinário.

Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência do STF e do STJ, analise as afirmativas a seguir.

I. A conversão do flagrante de Fabrício em preventiva é ilegal, porque o juiz não pode decretar a prisão preventiva de ofício, nem mesmo na audiência de custódia.
II. A falta de reexame da preventiva de Gilberto no prazo de noventa dias não implica a revogação automática da prisão, devendo o juízo competente ser instado a reavaliar sua legalidade e atualidade.

III. A preventiva pode ser decretada como decorrência imediata do recebimento da denúncia por crime hediondo, dispensada a demonstração concreta do perigo gerado pelo estado de liberdade.
IV. Pendentes os recursos especial e extraordinário, o dever de revisão da prisão de Heitor a cada noventa dias passa a recair sobre o STJ e o STF, sob pena de ilegalidade.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, III e IV.

Por que B está correta. Estão corretas I e II. I: desde a Lei nº 13.964/2019, o art. 311 do CPP só admite a preventiva a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial; STF (HC 188.888) e STJ (RHC 131.263) vedam a conversão de ofício do flagrante em preventiva. II: nas ADIs 6.581 e 6.582, o STF decidiu que a inobservância da revisão nonagesimal do art. 316, parágrafo único, não gera revogação automática; o juízo deve ser instado a reavaliar a prisão. III está errada: o art. 313, § 2º, proíbe a preventiva como antecipação de pena ou como decorrência imediata da investigação ou do recebimento da denúncia, e a gravidade abstrata não basta. IV está errada: segundo o STF, a revisão periódica se aplica até o fim da cognição plena pelo tribunal de segundo grau, e não ao STJ e ao STF no julgamento de recursos.

Fundamento: CPP, arts. 311, 312, 313, § 2º, e 316, parágrafo único (não alterados pela Lei nº 15.358/2026); STF, ADIs 6.581 e 6.582; STF, HC 188.888; STJ, RHC 131.263.

A Deixa de fora a II, que reproduz o entendimento do STF nas ADIs 6.581 e 6.582.

C Inclui a III, contrariada pelo art. 313, § 2º, do CPP, e exclui a I, que está correta.

D Inclui a IV: o dever de revisão a cada 90 dias não se estende ao STJ e ao STF nos recursos excepcionais.

E Inclui a III e a IV, ambas erradas, e deixa de fora a II.

Pulo do gato: Sem pedido, sem preventiva; 90 dias vencidos não soltam ninguém sozinhos; a revisão vai até o 2º grau.

Questão 15 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2026 · TJ-PR · Juiz Substituto · Das Provas

Durante uma audiência de instrução e julgamento por videoconferência, o Juiz presidente do ato, ao constatar que a testemunha de acusação demonstrava nervosismo e receio em depor na presença virtual do réu, que fazia expressões ameaçadoras, determinou a retirada do acusado da sala virtual para a oitiva da testemunha, sem consultar previamente a defesa. A respeito da retirada do réu da audiência, de acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento jurisprudencial dominante no Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

(A) A retirada do réu da sala de audiência, mesmo que virtual, é um ato discricionário do Juiz, não gerando nulidade.

(B) A decisão de retirar o réu da audiência deve ser sempre precedida de consulta à defesa, e sua ausência acarreta nulidade absoluta por cerceamento de defesa.

(C) A retirada do réu da sala de audiência é permitida quando o seu comportamento intimida a testemunha, mas é indispensável que a defesa técnica permaneça no ato e que o réu seja informado do conteúdo do depoimento. A retirada do réu da sala de audiência é permitida quando intimida a testemunha, mas a presença da defesa técnica e a ciência do depoimento são indispensáveis

(D) A nulidade decorrente da retirada do réu da audiência sem consulta à defesa é relativa, exigindo a demonstração de prejuízo concreto, o qual é presumido.

(E) O Código de Processo Penal não prevê a possibilidade de retirada do réu da audiência, tratando-se de uma construção jurisprudencial sem amparo legal.

Por que C está correta. Gabarito C. O art. 217 do CPP permite que o juiz, verificando que a presença do réu pode causar humilhação, temor ou sério constrangimento à testemunha, faça a inquirição por videoconferência

e, somente na impossibilidade dessa forma, determine a retirada do réu, prosseguindo com a presença do defensor; o fato deve constar do termo. A defesa técnica permanece no ato, e o réu deve ter ciência do depoimento. Para o STJ, eventual nulidade é relativa e depende de prova de prejuízo. A alternativa C repete a mesma ideia duas vezes, falha de redação do original, mas o conteúdo é o correto.

A Não é ato discricionário livre: depende do motivo previsto no art. 217 e exige a presença da defesa técnica.

B O art. 217 não exige consulta prévia à defesa, e o STJ trata a matéria como nulidade relativa.

D É contraditória: se o prejuízo é presumido, não há o que demonstrar; a nulidade relativa exige prova do prejuízo.

E A retirada do réu está expressamente prevista no art. 217 do CPP.

Pulo do gato: Réu intimidando testemunha: sai o réu, fica o defensor (art. 217); nulidade só com prejuízo.

Questão 16 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Inquérito Policial

Em correição extraordinária realizada em uma delegacia, a Corregedoria debateu com os delegados o valor probatório e os vícios do inquérito policial, a partir de casos concretos da unidade. Ao final, foram registradas as conclusões a seguir.

I. Irregularidades ocorridas no curso do inquérito policial, procedimento de natureza informativa, em regra não contaminam a ação penal dele decorrente.
II. O juiz não pode fundamentar a condenação exclusivamente em elementos informativos colhidos no inquérito, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
III. Instaurado inquérito para apurar morte decorrente do uso de força letal por policial civil no exercício da função, o investigado deverá ser citado da instauração, podendo constituir defensor no prazo de até 48 horas a contar do recebimento da citação.
IV. O reconhecimento fotográfico feito na delegacia sem observância do procedimento do art. 226 do Código de Processo Penal é mera irregularidade e pode, sozinho, fundamentar a condenação se a vítima o ratificar em juízo.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Por que D está correta. Estão corretas I, II e III. I: por ser procedimento informativo, os vícios do inquérito, em regra, não anulam a ação penal (ressalvada a prova ilícita, que deve ser desentranhada com as derivadas). II: é a regra do art. 155 do CPP. III: o art. 14-A, caput e § 1º, do CPP (Lei nº 13.964/2019) prevê a citação do servidor investigado por uso de força letal no exercício profissional, com prazo de até 48 horas para constituir defensor. IV está errada: STJ (HC 598.886/SC) e STF (RHC 206.846) firmaram que o procedimento do art. 226 é garantia mínima; o reconhecimento feito em desacordo com ele é inválido e não serve de lastro à condenação, mesmo confirmado em juízo, salvo se houver outras provas independentes.

Fundamento: CPP, arts. 14-A, caput e § 1º, 155 e 226; STJ, HC 598.886/SC; STF, RHC 206.846.

A Deixa de fora a III, que reproduz o art. 14-A, § 1º, do CPP.

B Deixa de fora a I: os vícios do inquérito, em regra, não contaminam a ação penal.

C Inclui a IV, contrariada pelo STJ e pelo STF: o art. 226 não é mera recomendação.

E Inclui a IV: o reconhecimento sem as formalidades do art. 226 não sustenta, sozinho, a condenação.

Pulo do gato: Vício do inquérito não anula o processo; o reconhecimento do art. 226, sim, é garantia e não recomendação.

Questão 17 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Recursos Criminais

Durante a instrução de ação penal por homicídio qualificado, Rosângela, mãe da vítima, requereu, por meio de advogado, sua habilitação como assistente de acusação. O juiz indeferiu o pedido sem fundamentação concreta, sob o argumento genérico de que o Ministério Público já tutelava adequadamente os interesses da sociedade. A vítima não deixou cônjuge, companheira nem descendentes, e a sentença ainda não havia sido proferida. Inconformado, o advogado de Rosângela buscou identificar a medida cabível contra a decisão.

Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência dominante, é correto afirmar que

(A) cabe recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias, pois a decisão que inadmite o assistente encerra incidente processual da ação penal.

(B) como a decisão que não admite o assistente é irrecorrível, admite-se mandado de segurança, e Rosângela tem legitimidade por ser ascendente da vítima.

(C) cabe mandado de segurança, mas Rosângela não tem legitimidade, porque, morta a vítima, apenas o cônjuge pode habilitar-se como assistente de acusação.

(D) não cabe medida alguma, porque a habilitação do assistente só pode ser requerida até o recebimento da denúncia pelo juiz.

(E) cabe apelação supletiva, pois o ofendido pode apelar sempre que o Ministério Público deixar de impugnar decisão desfavorável à acusação.

Por que B está correta. O art. 273 do CPP diz que do despacho que admitir, ou não, o assistente não caberá recurso. Por isso, a jurisprudência admite o mandado de segurança contra a inadmissão ilegal, como a feita sem fundamentação concreta. Rosângela tem legitimidade: morto o ofendido, podem habilitar-se o cônjuge, o ascendente, o descendente ou o irmão (arts. 268 e 31), e o assistente pode ser admitido enquanto não transitar em julgado a sentença (art. 269).

Fundamento: CPP, arts. 31, 268, 269 e 273; jurisprudência do STJ que admite mandado de segurança contra a decisão que inadmite o assistente de acusação.

A O rol do art. 581 não prevê recurso em sentido estrito contra essa decisão, que é irrecorrível por força do art. 273.

C O art. 31 do CPP inclui cônjuge, ascendente, descendente ou irmão; a mãe é ascendente e tem legitimidade.

D O assistente pode ser admitido enquanto não passar em julgado a sentença (art. 269), e não só até o recebimento da denúncia.

E A apelação supletiva (art. 598) ataca a sentença quando o Ministério Público não apela; não serve contra decisão interlocutória de inadmissão.

Pulo do gato: Inadmitiu o assistente? Não há recurso (art. 273): o caminho é o mandado de segurança.

Questão 18 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2021 · DPE-RJ · Defensor Público · Da Prisão e da Liberdade Provisória

Crézio, mediante esbarrão na vítima, subtraiu seu celular. Logo após a subtração, policiais militares que viram os fatos correram no encalço de Crézio e efetivaram a sua prisão em flagrante. Em sede de audiência de custódia, Crézio informou que praticou o fato em virtude da necessidade imposta pela perda do emprego, bem como para sustentar seu filho que possui 3 anos e é portador de deficiência. Um amigo de Crézio entregou ao(à) Defensor(a) Público(a) a certidão de nascimento do filho de Crézio e uma declaração de que apenas este cuida do seu filho, já que a mãe da criança se encontra em local incerto. Na audiência de custódia, o julgador, após constatar a legalidade prisional, converteu a prisão em flagrante em preventiva, em virtude dos antecedentes de Crézio, ainda que tecnicamente primário. Considerando o caso narrado, é correto afirmar que:

(A) não será cabível a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, já que se trata de medida cautelar excepcional, aplicada apenas nos casos de crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa;

(B) para que haja substituição da prisão preventiva pela domiciliar, será imprescindível a fiscalização através de monitoração eletrônica;

(C) a decisão proferida no Habeas Corpus coletivo nº 143.641/SP, julgado pelo Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre a prisão domiciliar para mulheres, é extensiva aos homens, desde que cumpridos os requisitos da medida cautelar de prisão domiciliar e outras condicionantes;

(D) é cabível a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, desde que o crime não tenha sido praticado com violência ou grave ameaça à pessoa e o réu não possua antecedentes;

(E) como a prisão domiciliar não possui natureza cautelar de privação de liberdade, não será aplicável a detração da pena, caso haja decisão condenatória definitiva.

Por que C está correta. Gabarito C. No HC 165.704, o STF estendeu os parâmetros do HC coletivo 143.641 aos pais e responsáveis que sejam os únicos cuidadores de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência, observadas as exceções fixadas e os requisitos da prisão domiciliar (CPP, art. 318, VI). Crézio é o único responsável pelo filho de 3 anos com deficiência.

A Afirma de forma absoluta que a substituição é incabível; o STF estendeu a orientação do HC coletivo aos homens únicos responsáveis pelos filhos.

B A monitoração eletrônica é medida que pode acompanhar a domiciliar, não requisito imprescindível.

D Cria requisito inexistente (ausência de antecedentes) e trata como regra geral a exceção dos crimes com violência.

E A prisão domiciliar substitutiva da preventiva tem natureza cautelar e admite detração (CP, art. 42).

Pulo do gato: HC coletivo das mães vale para o pai que cuida sozinho do filho pequeno ou com deficiência.

Questão 19 · Gabarito D

Questão real · FGV · 2023 · TJ-GO · Juiz Substituto · Ação Penal

Em crime de roubo praticado por Orestes, no qual Saulo figurou como ofendido, o Ministério Público, ao fim da investigação, não ofereceu denúncia tampouco se manifestou no prazo legal. Diante disso, Saulo, por intermédio de seu advogado, ajuizou ação privada subsidiária da pública, a qual foi recebida pelo juízo. Contudo, no curso do feito, Saulo, apesar de devidamente intimado por três vezes, deixou de promover o andamento do processo por seis meses seguidos. Nessa hipótese, é correto afirmar que deverá:

(A) o juiz declarar a ocorrência da perempção e a consequente extinção da punibilidade de Orestes;

(B) o Ministério Público requerer a extinção do feito em razão da decadência do direito de queixa de Saulo;

(C) o juiz declarar a ocorrência da renúncia tácita de Saulo e a consequente extinção da punibilidade de Orestes;

(D) o Ministério Público retomar a ação como parte principal em razão da negligência de Saulo;

(E) o juiz declarar a ocorrência do perdão tácito de Saulo e a consequente extinção da punibilidade de Orestes.

Por que D está correta. Gabarito D. Na ação privada subsidiária, o Ministério Público pode, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal (CPP, art. 29). Como a ação continua sendo pública em sua natureza, não se aplicam a perempção, a renúncia ou o perdão que extinguiriam a punibilidade na ação privada exclusiva.

A A perempção (CPP, art. 60) é própria da ação privada exclusiva; na subsidiária, a negligência do querelante faz o Ministério Público retomar a ação.

B Não houve decadência: a queixa subsidiária foi oferecida e recebida; o problema é a negligência posterior.

C Renúncia é anterior ao exercício da queixa e não extingue a punibilidade em crime de ação pública.

E O perdão do ofendido só produz efeito na ação privada exclusiva.

Pulo do gato: Querelante negligente na subsidiária: o Ministério Público retoma a ação, sem perempção.

Questão 20 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2026 · ALERJ · Procurador Legislativo · Ação Penal

Paulinho Tatá foi eleito Deputado Estadual, tendo sido proclamado o resultado das eleições em outubro de 2022, antes, portanto, de sua diplomação, ocorrida apenas em dezembro do mesmo ano. Nesse intervalo entre o resultado eleitoral e a diplomação, Paulinho Tatá foi procurado por representante de determinada sociedade empresária privada, que lhe ofereceu vantagem indevida para que, quando no exercício do mandato parlamentar, viesse a praticar atos de sua competência em benefício dos interesses econômicos da sociedade empresária junto à Administração Pública Estadual. Na ocasião, Paulinho Tatá permaneceu em

silêncio, não tendo solicitado, recusado ou aceitado expressamente a oferta. Já no curso do mandato, após regularmente diplomado e empossado, Paulinho Tatá procurou a sociedade empresária, aceitou a vantagem anteriormente oferecida, passou a praticar atos típicos da função parlamentar em benefício da sociedade e, posteriormente, recebeu a vantagem indevida, ainda durante o exercício do mandato. Os fatos foram investigados e, ainda durante o mandato, antes do recebimento da denúncia, Paulinho Tatá confessou formal e circunstanciadamente os fatos e manifestou interesse em celebrar o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). O Ministério Público ofereceu uma proposta. À luz do Art. 317 do Código Penal, do Art. 28-A do Código de Processo Penal e do entendimento atual do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o foro por prerrogativa de função, assinale a afirmativa correta.

(A) A competência para apreciar e homologar o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é do Juízo de Primeiro Grau, pois a oferta da vantagem ocorreu antes da diplomação, inexistindo crime funcional praticado durante o mandato.

(B) A competência para apreciar e homologar o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é do Tribunal de Justiça, pois a aceitação da vantagem indevida e a prática dos atos funcionais ocorreram durante o exercício do mandato, sendo admissível a celebração do ANPP.

(C) A competência deve ser cindida, cabendo ao Juízo singular apurar o crime de corrupção passiva relativo à oferta da vantagem e ao Tribunal de Justiça a aceitação e o recebimento da vantagem.

(D) O ANPP é incabível, pois a aceitação de vantagem indevida por parlamentar em exercício gera, necessariamente, efeitos políticos incompatíveis com a justiça penal consensual.

(E) Não se configura o crime de corrupção passiva, pois a ausência de solicitação expressa descaracteriza a tipicidade da conduta frente ao Art. 317 do Código Penal.

Por que B está correta. Gabarito B. O núcleo típico da corrupção passiva (CP, art. 317) inclui aceitar promessa de vantagem indevida; a aceitação, os atos funcionais e o recebimento ocorreram durante o mandato e em razão da função parlamentar. Pelo entendimento atual do STF, o foro por prerrogativa de função alcança os crimes cometidos no exercício do cargo e em razão dele. O ANPP é cabível: há confissão formal e circunstanciada, crime sem violência ou grave ameaça e pena mínima inferior a 4 anos (CPP, art. 28-A); a homologação cabe ao tribunal competente, o Tribunal de Justiça.

A O silêncio diante da oferta não consumou a corrupção passiva; o crime se deu com a aceitação, já no mandato e em razão dele.

C Não há cisão: o crime funcional ocorreu por inteiro durante o mandato, atraindo a competência do Tribunal de Justiça.

D A lei não veda o ANPP para parlamentares; preenchidos os requisitos do art. 28-A, o acordo é possível.

E Aceitar promessa de vantagem indevida é uma das condutas do art. 317; a solicitação expressa não é necessária.

Pulo do gato: Crime no mandato e em razão dele: foro no tribunal; pena mínima menor que 4 anos e sem violência: cabe ANPP.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 21 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850 de 2013

Em inquérito policial que apura organização criminosa voltada a fraudes em licitações, o delegado de polícia adotou ou planejou as providências descritas a seguir, todas sem prévia autorização judicial, salvo quando indicado.

I. Requisitou à operadora de telefonia os dados cadastrais de um investigado que informam exclusivamente sua qualificação pessoal, filiação e endereço.
II. Consultou diretamente o banco de dados de reservas e registros de viagens de uma companhia aérea, que a empresa deve manter acessível por cinco anos, para verificar deslocamentos de outro investigado.
III. Diante da omissão injustificada de uma instituição financeira em fornecer os dados cadastrais por ele requisitados, determinou a instauração de procedimento para apurar crime previsto na própria Lei nº 12.850/2013.
IV. Representou pela prisão preventiva de um dos líderes, registrando que, uma vez decretada a prisão, a instrução criminal deverá encerrar-se em até cento e vinte dias, prazo improrrogável por expressa disposição legal.

Considerando a Lei nº 12.850/2013, estão de acordo com a lei as providências e ponderações descritas em

(A) I e II, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) I, II e III, apenas.

Por que E está correta. Estão corretas I, II e III. I: o art. 15 dá ao delegado e ao Ministério Público acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais que informem exclusivamente qualificação pessoal, filiação e endereço, mantidos, entre outros, por empresas telefônicas e instituições financeiras. II: o art. 16 obriga as empresas de transporte a possibilitar, pelo prazo de 5 anos, acesso direto e permanente do juiz, do Ministério Público ou do delegado aos bancos de dados de reservas e registro de viagens. III: o art. 21 tipifica a conduta de recusar ou omitir dados cadastrais, registros, documentos e informações requisitados pelo juiz, pelo Ministério Público ou pelo delegado. IV está errada: o art. 22, parágrafo único, fixa o limite de 120 dias com réu preso, mas admite prorrogação por até igual período, por decisão fundamentada.

Fundamento: Lei nº 12.850/2013, arts. 15, 16, 21 e 22, parágrafo único (texto conferido em planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm).

A Deixa de fora a III: recusar ou omitir dados requisitados pelo delegado é crime do art. 21.

B Inclui a IV: o prazo de 120 dias com réu preso é prorrogável por até igual período (art. 22, parágrafo único).

C Deixa de fora a I, que reproduz o art. 15 da lei.

D Inclui a IV, que está errada, e deixa de fora a I e a II.

Pulo do gato: Cadastro sem juiz (art. 15); reservas de viagem por 5 anos (art. 16); recusar dado é crime (art. 21); 120 dias prorrogáveis.

Questão 22 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210 de 1984

Luciano cumpre pena em regime semiaberto e, em fevereiro de 2026, foi flagrado com aparelho celular no interior do estabelecimento penal. Não foi instaurado procedimento administrativo disciplinar, mas o juízo da execução realizou audiência de justificação, com a presença do defensor e do Ministério Público, na qual Luciano foi ouvido, e reconheceu a falta grave.

Sobre as consequências do reconhecimento da falta, considerando a Lei de Execução Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, analise as afirmativas a seguir.

I. A falta interrompe o prazo para a progressão de regime, reiniciando-se a contagem do requisito objetivo com base na pena remanescente.
II. A falta interrompe o prazo para a obtenção do livramento condicional, cuja contagem recomeça da data da infração.
III. A falta, por si só, não interrompe o prazo para a concessão de comutação de pena ou de indulto.
IV. A oitiva de Luciano em audiência de justificação, com defensor e Ministério Público, supriu a ausência do procedimento administrativo disciplinar.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Por que E está correta. Estão corretas I, III e IV. A posse de aparelho celular é falta grave (LEP, art. 50, VII). I: o art. 112, § 6º, da LEP e a Súmula 534 do STJ preveem a interrupção do prazo para progressão, com reinício da contagem sobre a pena remanescente. III: a Súmula 535 do STJ afirma que a falta grave não interrompe o prazo para comutação ou indulto. IV: no Tema 941, o STF decidiu que a oitiva do condenado pelo juízo da execução, em audiência de justificação com defensor e Ministério Público, afasta a necessidade de prévio PAD. II está errada: a Súmula 441 do STJ diz que a falta grave não interrompe o prazo para o livramento condicional (o CP,

art. 83, III, "b", apenas exige a ausência de falta grave nos últimos 12 meses).

Fundamento: LEP, arts. 50, VII, e 112, § 6º (redação da Lei nº 13.964/2019; § 6º não alterado pelas Leis nº 15.358/2026 e nº 15.402/2026); STJ, Súmulas 441, 534 e 535; STF, Tema 941 (RE 972.598).

A Deixa de fora a IV, que reproduz a tese do Tema 941 do STF.

B Inclui a II, contrariada pela Súmula 441 do STJ, e exclui a I, que está correta.

C Inclui a II: a falta grave não interrompe o prazo do livramento condicional.

D Inclui a II e deixa de fora a I, que reproduz o art. 112, § 6º, da LEP.

Pulo do gato: Falta grave zera a progressão; não zera livramento, indulto nem comutação; audiência de justificação supre o PAD.

Questão 23 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 2006

No Município de Campo Alegre, que não é sede de comarca, Valéria compareceu à delegacia às 22h e relatou que o companheiro, Edson, com quem convive, a ameaçou de morte com uma faca, em casa, na presença dos filhos. O delegado de polícia de plantão, presente na unidade, constatou risco atual à integridade física de Valéria. Os policiais militares que acompanharam a ocorrência sugeriram que eles próprios determinassem o afastamento de Edson do lar, já que o município não é sede de comarca. Edson foi localizado pouco depois e preso em flagrante. Na delegacia, seu advogado requereu o arbitramento de fiança, alegando que o crime não envolveu lesão corporal e que Edson é primário.

Considerando a Lei nº 11.340/2006, é correto afirmar que

(A) o afastamento de Edson do lar só pode ser determinado pelo juiz, cabendo ao delegado apenas remeter o pedido de medida protetiva ao Judiciário em até 48 horas.

(B) o delegado pode determinar o afastamento, mas deve comunicar o juiz em até 48 horas, cabendo ao Ministério Público decidir sobre a manutenção da medida.

(C) os policiais militares podem determinar o afastamento de Edson, pois a lei autoriza o policial a fazê-lo sempre que o município não for sede de comarca.

(D) cabe ao delegado determinar o afastamento imediato de Edson do lar, comunicando o juiz em até 24 horas, e, havendo risco à integridade física de Valéria, não será concedida liberdade provisória.

(E) o delegado deve arbitrar fiança a Edson, pois, sendo primário e não tendo havido lesão corporal, a liberdade provisória é a regra, ainda que subsista risco à vítima.

Por que D está correta. Pelo art. 12-C da Lei Maria da Penha, verificado risco atual ou iminente à vida ou à integridade da mulher, o agressor será imediatamente afastado do lar pela autoridade judicial; pelo delegado, quando o município não for sede de comarca; ou pelo policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento. Como havia delegado presente, a atribuição é dele. O juiz deve ser comunicado em até 24 horas e decide em igual prazo sobre a manutenção ou a revogação, com ciência ao Ministério Público (§ 1º). Havendo risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva, não será concedida liberdade provisória ao preso (§ 2º).

Fundamento: Lei nº 11.340/2006, art. 12-C, caput, I a III, e §§ 1º e 2º (caput com redação da Lei nº 15.411/2026; texto conferido em planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm).

A O art. 12-C, II, atribui ao próprio delegado o afastamento quando o município não é sede de comarca; o prazo de 48 horas é o da remessa do pedido de medidas protetivas (art. 12, III), outra providência.

B A comunicação ao juiz é em até 24 horas, e quem decide sobre a manutenção é o juiz, não o Ministério Público.

C O policial só pode afastar o agressor se, além de o município não ser sede de comarca, não houver delegado disponível (art. 12-C, III).

E O § 2º do art. 12-C veda a liberdade provisória quando há risco à integridade física da ofendida.

Pulo do gato: Sem juiz na cidade, afasta o delegado; sem delegado disponível, o policial. Juiz em 24 h. Risco à vítima: sem liberdade provisória.

Questão 24 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998

Em investigação conduzida pela Polícia Civil, verificou-se que valores obtidos com fraudes eram convertidos, de forma reiterada, em criptoativos e depois reintroduzidos na economia por meio de empresas de fachada. Um dos indiciados é servidor público estadual.

Considerando a Lei nº 9.613/1998 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. O indiciamento do servidor acarreta seu afastamento automático do cargo, sem prejuízo da remuneração, até que o juiz autorize o retorno, conforme norma legal declarada constitucional pelo STF.
II. A pena poderá ser aumentada de um a dois terços, seja pela prática reiterada dos crimes, seja pela utilização de ativo virtual.
III. Se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o processo prosseguirá até o julgamento, com nomeação de defensor dativo, não se aplicando a suspensão do processo e do prazo prescricional prevista no Código de Processo Penal.
IV. O pedido de liberação de bens objeto de medida assecuratória poderá ser conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado, desde que formulado por advogado com poderes especiais.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) III e IV, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e IV.

Por que D está correta. Estão corretas II e III. II: o art. 1º, § 4º, aumenta a pena de 1/3 a 2/3 se os crimes forem cometidos de forma reiterada, por intermédio de organização criminosa ou por meio da utilização de ativo virtual. III: o art. 2º, § 2º, afasta o art. 366 do CPP: o acusado citado por edital que não comparece nem constitui advogado é processado até o julgamento, com defensor dativo. I está errada: o STF, na ADI 4.911, declarou inconstitucional o art. 17-D, que previa o afastamento automático do servidor indiciado. IV está errada: o art. 4º, § 3º, diz que nenhum pedido de liberação será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado ou da interposta pessoa.

Fundamento: Lei nº 9.613/1998, arts. 1º, § 4º, 2º, § 2º, 4º, § 3º, e 17-D (texto conferido em planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9613compilado.htm); STF, ADI 4.911.

A A afirmativa I está errada: o afastamento automático do art. 17-D foi declarado inconstitucional (ADI 4.911).

B Inclui a I, que está errada, e deixa de fora a III.

C Inclui a IV, contrariada pelo art. 4º, § 3º: sem comparecimento pessoal, o pedido de liberação não é conhecido.

E Inclui a I e a IV, ambas erradas, e deixa de fora a III.

Pulo do gato: Lavagem: sem suspensão do art. 366; liberação de bens só com o acusado presente; afastamento automático do servidor caiu no STF.

Questão 25 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343 de 2006

Bianca, primária e de bons antecedentes, foi condenada por tráfico de drogas após ser flagrada transportando 300 gramas de maconha. Na primeira fase da dosimetria, o juiz fixou a pena-base no mínimo legal, por considerar favoráveis todas as circunstâncias do art. 59 do Código Penal. Na terceira fase, reconheceu o tráfico privilegiado e aplicou a fração máxima de redução, chegando à pena definitiva de 1 ano e 8 meses de reclusão. Ainda assim, fixou o regime inicial semiaberto e negou a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, invocando a gravidade abstrata do tráfico e sua natureza hedionda.

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

(A) a sentença está correta, pois o tráfico privilegiado conserva a natureza equiparada a hediondo, o que autoriza regime mais gravoso que o previsto para a pena aplicada.

(B) o regime aberto é impositivo, mas a substituição da pena por restritivas de direitos é vedada pela Lei de Drogas no tráfico, inclusive na forma privilegiada.

(C) a sentença deve ser reformada, pois o regime aberto decorre automaticamente de toda condenação a pena inferior a quatro anos, quaisquer que sejam as circunstâncias judiciais.

(D) a sentença deve ser reformada só quanto ao regime, porque a substituição por restritivas de direitos, no tráfico, exige pena definitiva não superior a um ano.

(E) a sentença deve ser reformada, pois, reconhecido o tráfico privilegiado e ausentes vetores negativos na primeira fase, são impositivos o regime aberto e a substituição por restritivas de direitos.

Por que E está correta. A Súmula Vinculante 59 do STF afirma ser impositiva a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecido o tráfico privilegiado e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria, observados os requisitos do art. 33, § 2º, "c", e do art. 44 do Código Penal. Além disso, o STF (HC 118.533) firmou que o tráfico privilegiado não tem natureza hedionda, e a gravidade abstrata do delito não justifica regime mais gravoso.

Fundamento: STF, Súmula Vinculante 59; STF, HC 118.533 (tráfico privilegiado não é equiparado a hediondo); Lei nº 11.343/2006, art. 33, § 4º; CP, arts. 33, § 2º, "c", 44 e 59.

A O STF afastou a natureza hedionda do tráfico privilegiado (HC 118.533), e a gravidade abstrata não justifica regime mais severo.

B A vedação à substituição no tráfico foi declarada inconstitucional pelo STF, e a SV 59 torna a substituição impositiva no caso.

C A conclusão está certa, mas o fundamento não: o regime aberto depende das circunstâncias judiciais (CP, art. 33, § 3º); a SV 59 exige ausência de vetores negativos na primeira fase.

D O art. 44 do CP admite a substituição em pena não superior a 4 anos, e não há limite especial de um ano para o tráfico.

Pulo do gato: Privilegiado com pena-base no mínimo: regime aberto e penas alternativas, por força da SV 59.

Questão 26 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 2006

Ana procurou a delegacia e relatou que o ex-namorado, Tiago, com quem nunca morou, passou a persegui-la e a ofendê-la publicamente depois do término do relacionamento. Ela não quis registrar boletim de ocorrência nem manifestar interesse na persecução penal, mas pediu proteção. Um estagiário da delegacia levantou dúvidas sobre o cabimento das medidas protetivas e sobre eventual prisão de Tiago.

Considerando a Lei nº 11.340/2006, o Código de Processo Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir.

I. As medidas protetivas de urgência podem ser concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.
II. Concedidas, as medidas protetivas vigoram pelo prazo máximo de noventa dias, findo o qual caducam se não houver ação penal em curso.
III. Nos crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, a prisão preventiva é admitida para garantir a execução das medidas protetivas de urgência, ainda que a pena máxima não supere quatro anos.
IV. Como Ana e Tiago nunca coabitaram, a Lei Maria da Penha não incide, e o pedido de proteção deve ser processado como ocorrência comum.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I e III, apenas.

Por que E está correta. Estão corretas I e III. I: é o texto do art. 19, § 5º, da Lei Maria da Penha, incluído pela Lei nº 14.550/2023. III: o art. 313, III, do CPP admite a preventiva, se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, para garantir a execução das medidas protetivas, hipótese que não depende da pena

máxima superior a 4 anos do inciso I. II está errada: as medidas vigoram enquanto persistir o risco à integridade da ofendida ou de seus dependentes (art. 19, § 6º), sem prazo fixo. IV está errada: o art. 5º, III, alcança qualquer relação íntima de afeto, independentemente de coabitação (Súmula 600 do STJ).

Fundamento: Lei nº 11.340/2006, arts. 5º, III, e 19, §§ 5º e 6º (redação da Lei nº 14.550/2023; texto conferido em planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm); CPP, art. 313, III; STJ, Súmula 600.

A Deixa de fora a III: o art. 313, III, do CPP admite a preventiva para garantir as medidas protetivas, sem o limite de pena do inciso I.

B As medidas não têm prazo fixo de 90 dias; vigoram enquanto persistir o risco (art. 19, § 6º).

C Inclui a II, que cria prazo de caducidade inexistente na lei.

D Inclui a II e a IV, ambas erradas: não há prazo fixo, e a coabitação é dispensável (Súmula 600 do STJ).

Pulo do gato: Protetiva não depende de BO, inquérito nem processo, dura enquanto houver risco e dispensa coabitação.

Questão 27 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850 de 2013

Em investigação conduzida pela Polícia Civil, surgiram indícios suficientes de que Danilo, escrivão de polícia, integrava organização criminosa dedicada à extorsão de comerciantes, repassando informações sigilosas aos demais integrantes. Também havia indícios de que dois investigadores da mesma delegacia participavam do grupo. A autoridade policial avalia as providências cabíveis quanto à permanência de Danilo no cargo durante a investigação, à apuração da conduta dos policiais e às consequências funcionais de eventual condenação.

Considerando a Lei nº 12.850/2013, é correto afirmar que

(A) o próprio delegado de polícia pode determinar o afastamento cautelar de Danilo, sem prejuízo da remuneração, desde que comunique a medida ao juiz competente em até 24 horas.

(B) o juiz pode afastar cautelarmente Danilo, sem prejuízo da remuneração, e, havendo indícios de participação de policiais, a Corregedoria de Polícia instaurará inquérito e o comunicará ao Ministério Público.

(C) o juiz pode determinar o afastamento cautelar de Danilo, com suspensão da remuneração, e a condenação definitiva só acarretará a perda do cargo se assim declarado motivadamente na sentença.

(D) a condenação definitiva de Danilo acarretará a perda do cargo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de cinco anos subsequentes ao cumprimento da pena imposta.

(E) havendo indícios de participação de policiais, a investigação passa obrigatoriamente ao Ministério Público, que instaurará procedimento próprio, vedada a atuação da Corregedoria de Polícia.

Por que B está correta. O art. 2º, § 5º, permite ao juiz determinar o afastamento cautelar do funcionário público integrante de organização criminosa, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à investigação ou à instrução. O § 7º determina que, havendo indícios de participação de policial, a Corregedoria de Polícia instaure inquérito policial e comunique ao Ministério Público, que designará membro para acompanhar o feito até a conclusão. Pelo § 6º, a condenação com trânsito em julgado acarreta a perda do cargo e a interdição por 8 anos subsequentes ao cumprimento da pena.

Fundamento: Lei nº 12.850/2013, art. 2º, §§ 5º, 6º e 7º (texto conferido em planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm).

A O afastamento cautelar do § 5º é medida judicial; o delegado pode representar por ela, mas não decretá-la.

C O afastamento é sem prejuízo da remuneração, e a perda do cargo decorre da condenação definitiva por força do § 6º, sem depender de declaração motivada, ao contrário do art. 92 do CP.

D O prazo de interdição do § 6º é de 8 anos subsequentes ao cumprimento da pena, não de 5.

E O § 7º atribui à Corregedoria de Polícia a instauração do inquérito, com acompanhamento por membro do Ministério Público.

Pulo do gato: Orcrim com servidor: juiz afasta sem cortar salário; condenação tira o cargo e interdita por 8 anos; policial envolvido: Corregedoria investiga, MP acompanha.

Questão 28 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210 de 1984

Rebeca cumpre pena em regime semiaberto em razão de condenação por roubo praticado com grave ameaça, em 2025. Aprovada em vestibular, requereu autorização para sair do estabelecimento, sem vigilância direta, a fim de frequentar curso superior na mesma comarca. Dias depois, seu pai foi internado em estado grave, e Rebeca pediu para visitá-lo no hospital. O pedido de estudo foi dirigido ao diretor do estabelecimento, e o de visita, ao juízo da execução. A defesa sustentou que, por estar no semiaberto e ter bom comportamento, Rebeca faria jus aos dois benefícios e que ambos poderiam ser decididos pelo diretor.

Considerando a Lei de Execução Penal, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.843/2024, é correto afirmar que

(A) a saída para estudo deve ser concedida pelo diretor do estabelecimento, por ser benefício administrativo, e a visita ao pai depende de decisão do juízo da execução.

(B) a saída para estudo é cabível, pois a vedação legal alcança apenas os condenados por crime hediondo, e a visita ao pai deve ocorrer como saída temporária, sem escolta.

(C) a visita ao pai pode ser autorizada pelo diretor do estabelecimento, mediante escolta, como permissão de saída, mas a saída temporária para estudo é vedada a quem cumpre pena por crime com grave ameaça.

(D) a visita ao pai não é possível como permissão de saída, restrita aos presos do regime fechado e aos provisórios, devendo Rebeca requerer saída temporária para visita à família.

(E) os dois pedidos são cabíveis, pois a vedação introduzida pela Lei nº 14.843/2024 alcança apenas os crimes cometidos com violência real, e não com grave ameaça.

Por que C está correta. A permissão de saída (LEP, art. 120) é concedida pelo diretor do estabelecimento, mediante escolta, aos condenados em regime fechado ou semiaberto e aos presos provisórios, entre outros casos, por falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão. A saída temporária (art. 122) beneficia o condenado no semiaberto, sem vigilância direta, e, após a Lei nº 14.843/2024, restringe-se à frequência a curso supletivo profissionalizante, de ensino médio ou superior; o § 2º, porém, a veda ao condenado por crime hediondo ou cometido com violência ou grave ameaça contra pessoa. Além disso, a saída temporária é concedida por ato motivado do juiz da execução (art. 123), não pelo diretor.

Fundamento: LEP, arts. 120, I, e parágrafo único, 121, 122, II e § 2º, e 123 (redação da Lei nº 14.843/2024).

A Inverte as atribuições: a saída temporária depende do juiz da execução (art. 123), e a permissão de saída é concedida pelo diretor (art. 120, parágrafo único).

B O art. 122, § 2º, veda a saída temporária também nos crimes com violência ou grave ameaça; e a visita a parente doente é hipótese de permissão de saída, com escolta.

D A permissão de saída alcança também o semiaberto, e a saída temporária para visita à família foi revogada pela Lei nº 14.843/2024.

E O art. 122, § 2º, menciona expressamente a violência ou a grave ameaça contra pessoa.

Pulo do gato: Pai doente: permissão de saída, com escolta, pelo diretor. Estudo: saída temporária, pelo juiz, vedada em crime com violência ou grave ameaça.

Questão 29 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei da Lavagem de Dinheiro - Lei nº 9.613 de 1998

Durante três anos, Vítor, servidor de uma autarquia estadual, desviou recursos públicos de que tinha a posse em razão do cargo. Para afastar suspeitas, ele próprio transferia os valores para contas de uma empresa de fachada registrada em nome do cunhado e, depois, os misturava ao faturamento de uma loja de materiais de construção da qual era sócio oculto, simulando vendas inexistentes. Já indiciado, Vítor procurou a autoridade policial e, de forma espontânea, prestou esclarecimentos que levaram à localização de imóveis adquiridos com os valores e à identificação de outro servidor envolvido. A denúncia ainda não havia sido oferecida, e não houve formalização de acordo escrito com o Ministério Público.

Considerando a Lei nº 9.613/1998 e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que Vítor

(A) responde apenas por peculato, pois a ocultação dos valores pelo próprio autor do crime antecedente é mero exaurimento, e a colaboração só pode atenuar a pena na segunda fase da dosimetria.

(B) responde por peculato e lavagem, em concurso material, e a colaboração permite reduzir a pena de um sexto a dois terços, vedado o perdão judicial em crime contra a administração pública.

(C) responde por peculato e lavagem, em concurso material, mas os benefícios da colaboração dependem de acordo escrito homologado pelo juiz, nos moldes da Lei das Organizações Criminosas.

(D) responde por peculato e por receptação qualificada, já que a movimentação dos valores desviados para contas de terceiros configura proveito de produto de crime, e não lavagem.

(E) responde por peculato e lavagem, em concurso material, e a colaboração espontânea permite ao juiz reduzir a pena de um a dois terços, fixar regime aberto ou semiaberto, substituí-la ou deixar de aplicá-la.

Por que E está correta. A jurisprudência do STF e do STJ admite a autolavagem: o autor do crime antecedente que pratica atos autônomos de ocultação ou dissimulação responde pelos dois crimes, em concurso material. Transferir os valores para empresa de fachada e misturá-los ao faturamento de loja com vendas simuladas são atos de dissimulação que vão além do mero proveito do peculato. A colaboração espontânea do art. 1º, § 5º, da Lei nº 9.613/1998 permite reduzir a pena de 1/3 a 2/3, iniciar seu cumprimento em regime aberto ou semiaberto, deixar de aplicá-la ou substituí-la por restritiva de direitos, e não depende de acordo formal homologado.

Fundamento: Lei nº 9.613/1998, art. 1º, caput, § 1º, II, e § 5º; CP, art. 312; STF, AP 470 (admissão da autolavagem).

A A jurisprudência admite a autolavagem quando há atos autônomos de ocultação ou dissimulação, e o § 5º prevê benefícios bem mais amplos que uma atenuante.

B A redução do § 5º é de um a dois terços, e a lei admite que o juiz deixe de aplicar a pena, sem exceção para crimes contra a administração.

C O § 5º premia a colaboração espontânea sem exigir o acordo formal homologado da Lei nº 12.850/2013.

D O autor do crime antecedente não pratica receptação do próprio produto; a dissimulação dos valores é lavagem.

Pulo do gato: Autolavagem existe; colaboração espontânea na lavagem dá de 1/3 a 2/3, regime mais brando ou perdão, sem acordo formal.

Questão 30 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343 de 2006

Marcelo, primário, foi condenado por tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006) após a apreensão de 12 quilos de cocaína em seu veículo. O juiz considerou a natureza e a grande quantidade da droga para elevar a pena-base acima do mínimo e, na terceira fase, afastou o tráfico privilegiado com base em provas de que Marcelo integrava grupo dedicado ao comércio de entorpecentes na região. A pena definitiva ficou em 7 anos de reclusão, e o juiz fixou o regime inicial fechado, invocando as mesmas circunstâncias judiciais desfavoráveis que justificaram a elevação da pena-base.

Considerando a Lei de Drogas, o Código Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que

(A) a valoração da quantidade de droga na pena-base impede seu uso para afastar o tráfico privilegiado, sob pena de bis in idem, o que torna a sentença nula nesse ponto.

(B) o regime inicial deve ser o semiaberto, porque a pena não excede oito anos e o réu é primário, sendo vedado considerar circunstâncias judiciais na escolha do regime.

(C) o regime fechado é obrigatório, pois o tráfico é equiparado a hediondo e a lei determina que a pena por esse crime seja cumprida inicialmente nesse regime.

(D) a fixação do regime fechado é válida, pois as circunstâncias judiciais desfavoráveis reconhecidas na primeira fase podem justificar regime mais gravoso que o indicado só pela pena.

(E) a natureza e a quantidade da droga devem ser obrigatoriamente valoradas tanto na primeira quanto na terceira fase, como determina o art. 42 da Lei de Drogas.

Por que D está correta. A fixação do regime inicial observa os critérios do art. 59 do CP (art. 33, § 3º), e o art. 42 da Lei de Drogas manda considerar, com preponderância, a natureza e a quantidade da substância. Assim, circunstâncias judiciais desfavoráveis, concretamente fundamentadas, podem justificar regime mais gravoso que o indicado só pelo montante da pena, sem bis in idem. No caso, a quantidade foi usada uma única vez na dosimetria (primeira fase), e o privilégio foi afastado por outro fundamento (dedicação a atividade criminosa), o que respeita o Tema 712 do STF.

Fundamento: Lei nº 11.343/2006, arts. 33, § 4º, e 42; CP, arts. 33, §§ 2º e 3º, e 59; STF, Tema 712 (ARE 666.334); STF, HC 111.840.

A O privilégio foi afastado pela prova de dedicação a atividade criminosa, e não pela quantidade; não houve dupla valoração.

B O art. 33, § 3º, do CP manda observar os critérios do art. 59 na fixação do regime, que podem justificar regime mais gravoso.

C A conclusão (fechado) é possível, mas o fundamento não: o STF (HC 111.840) declarou inconstitucional o regime inicial fechado obrigatório para crimes hediondos e equiparados.

E O Tema 712 do STF veda justamente a valoração da natureza e da quantidade da droga em duas fases da dosimetria.

Pulo do gato: Quantidade de droga pesa em uma fase só; circunstância judicial negativa pode endurecer o regime.

Direito Constitucional

Questão 31 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Direitos Individuais

A Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Assembleia Legislativa de um estado para apurar desvios em contratos da saúde aprovou, em deliberação fundamentada, a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Fernando, empresário investigado, e determinou à operadora de telefonia a interceptação de suas comunicações telefônicas por quinze dias. Paralelamente, em inquérito policial sobre os mesmos fatos, o delegado de polícia requisitou diretamente a uma instituição financeira os extratos de movimentação bancária de Fernando dos últimos dois anos. A defesa impugnou todas as medidas.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

(A) todas as medidas são inválidas, pois a CPI estadual não tem os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, reservados às comissões do Congresso Nacional.

(B) são válidas as medidas da CPI, inclusive a interceptação, porque foram fundamentadas, sendo inválida somente a requisição feita diretamente pelo delegado.

(C) é válida apenas a quebra dos sigilos bancário e fiscal determinada pela CPI estadual, pois a interceptação e o acesso aos extratos dependem de ordem judicial.

(D) são válidas a quebra dos sigilos pela CPI e a requisição do delegado, pois os dados bancários, ao contrário das comunicações, não estão sob reserva de jurisdição.

(E) é válida apenas a requisição do delegado, pois a polícia judiciária, ao contrário da CPI, pode obter dados bancários do investigado sem ordem judicial.

Por que C está correta. A CPI tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais (CF, art. 58, § 3º) e, por deliberação fundamentada, pode quebrar os sigilos bancário, fiscal e de dados (STF, MS 23.452); o STF reconheceu esse poder também às CPIs estaduais (ACO 730). A interceptação telefônica, porém, está sob reserva de jurisdição: só o juiz pode decretá-la, para investigação criminal ou instrução processual penal (art. 5º, XII). O delegado de polícia não pode obter diretamente da instituição financeira os extratos do investigado: o acesso a dados bancários depende de ordem judicial.

Fundamento: CF, arts. 5º, X e XII, e 58, § 3º; LC nº 105/2001; STF, MS 23.452 (limites da CPI) e ACO 730 (CPI estadual pode quebrar sigilo bancário).

A O STF reconhece às CPIs estaduais os poderes do art. 58, § 3º, por simetria, inclusive a quebra de sigilo bancário (ACO 730).

B A interceptação telefônica está sob reserva de jurisdição; nem a CPI pode decretá-la, ainda que fundamentadamente.

D O sigilo bancário não está sob reserva absoluta, mas a polícia não pode quebrá-lo sem ordem judicial; a requisição direta é inválida.

E Inverte as situações: a CPI pode quebrar o sigilo bancário; a polícia judiciária, não, sem autorização judicial.

Pulo do gato: CPI quebra sigilo bancário, fiscal e telefônico (dados), mas não intercepta; delegado precisa do juiz para extrato bancário.

Questão 32 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Processo Legislativo

O Presidente da República encaminhou à Câmara dos Deputados projeto de lei que altera o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, matéria de sua iniciativa privativa, e solicitou urgência para a apreciação. Durante a tramitação, discutiu-se o regime de urgência, a sanção, a promulgação e a possibilidade de delegação legislativa sobre o tema.

Considerando as normas constitucionais do processo legislativo, analise as afirmativas a seguir.

I. Se a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado.
II. Os prazos do regime de urgência correm normalmente durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.
III. Aprovado o projeto, decorrido o prazo de quinze dias úteis sem manifestação do Presidente, haverá sanção tácita; se a lei não for promulgada em quarenta e oito horas, caberá ao Presidente do Senado promulgá-la.
IV. A matéria não poderia ser objeto de lei delegada, porque a Constituição veda a delegação sobre temas de iniciativa privativa do Presidente da República.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV.

Por que A está correta. Estão corretas I e III. I: é o art. 64, § 2º, da Constituição (urgência solicitada pelo Presidente em projetos de sua iniciativa). III: o silêncio do Presidente por 15 dias úteis importa sanção (art. 66, § 3º), e, se a lei não for promulgada em 48 horas pelo Presidente da República, o Presidente do Senado a promulgará (art. 66, § 7º). II está errada: os prazos da urgência não correm nos períodos de recesso (art. 64, § 4º). IV está errada: o art. 68, § 1º, enumera as matérias que não podem ser delegadas (atos de competência exclusiva do Congresso ou privativa de suas Casas, matéria de lei complementar, organização do Judiciário e do Ministério Público, nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais, planos e orçamentos), e o regime jurídico dos servidores não está entre elas.

Fundamento: CF, arts. 61, § 1º, II, "c", 64, §§ 1º a 4º, 66, §§ 1º, 3º e 7º, e 68, § 1º.

B Inclui a II: os prazos da urgência ficam suspensos no recesso (art. 64, § 4º).

C Inclui a II e a IV, ambas erradas, e deixa de fora a I e a III.

D Inclui a IV: a iniciativa privativa do Presidente não está entre as vedações à delegação do art. 68, § 1º.

E Inclui a II e a IV, erradas, e deixa de fora a I, que reproduz o art. 64, § 2º.

Pulo do gato: Urgência: 45 dias por Casa, tranca a pauta, para no recesso. Sanção tácita em 15 dias úteis; promulgação em 48 h, depois o Presidente do Senado.

Questão 33 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Direitos Individuais - Remédios Constitucionais e Garantias Processuais

Diante da ausência de lei regulamentadora de direito previsto na Constituição em favor de determinada categoria de servidores públicos, foram impetrados diversos mandados de injunção individuais e um mandado de injunção coletivo. Durante os julgamentos, surgiram dúvidas sobre os efeitos das decisões e sobre a legitimidade para a impetração coletiva.

Considerando a Lei nº 13.300/2016, analise as afirmativas a seguir.

I. A decisão terá, em regra, eficácia subjetiva limitada às partes, mas poderá ser conferida eficácia ultra partes ou erga omnes quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito objeto da impetração.
II. Editada a norma regulamentadora depois da decisão transitada em julgado, ela produzirá efeitos retroativos em relação aos beneficiados, ainda que lhes seja menos favorável.
III. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido por partido político com representação no Congresso Nacional, para assegurar direitos de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária.
IV. O indeferimento do pedido por insuficiência de prova impede a renovação da impetração fundada em

outros elementos probatórios.

Está correto o que se afirma em

(A) I e III, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV.

Por que A está correta. Estão corretas I e III. I: o art. 9º, caput e § 1º, da Lei nº 13.300/2016 fixa a eficácia, em regra, entre as partes e admite eficácia ultra partes ou erga omnes quando inerente ou indispensável ao exercício do direito. III: o art. 12, II, legitima o partido político com representação no Congresso Nacional para o mandado de injunção coletivo. II está errada: a norma regulamentadora superveniente produz efeitos ex nunc em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, salvo se a aplicação lhes for mais favorável (art. 11). IV está errada: o indeferimento por insuficiência de prova não impede a renovação com base em outros elementos probatórios (art. 9º, § 3º).

Fundamento: Lei nº 13.300/2016, arts. 9º, caput e §§ 1º e 3º, 11 e 12, II.

B Inclui a II e a IV, ambas contrárias aos arts. 11 e 9º, § 3º, da lei.

C Inclui a II: a norma superveniente tem efeitos ex nunc para os já beneficiados, salvo se mais favorável.

D Inclui a IV: o indeferimento por falta de prova permite nova impetração com outras provas.

E Inclui a II e a IV, erradas, e deixa de fora a I.

Pulo do gato: MI: efeito entre as partes, ampliável; norma posterior vale ex nunc, salvo se melhor; faltou prova, pode impetrar de novo.

Questão 34 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Organização Político-Administrativa do Estado

No mesmo semestre, foram editados três diplomas normativos: (1) lei do Estado do Paraná que define os crimes de responsabilidade do Governador e estabelece o rito de seu processo e julgamento; (2) lei do mesmo estado que dispõe sobre a organização, as garantias, os direitos e os deveres dos policiais civis estaduais, em conformidade com as normas gerais da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis; (3) lei de um município paranaense que fixa o horário de funcionamento do comércio local. Os três diplomas foram questionados judicialmente.

À luz da repartição constitucional de competências e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

(A) as três leis são constitucionais, pois tratam de matérias de interesse regional ou local, inseridas na autonomia dos entes federados.

(B) a lei sobre crimes de responsabilidade é inconstitucional, e a lei sobre os policiais civis também o é, por se tratar de matéria de competência privativa da União.

(C) apenas a lei estadual sobre crimes de responsabilidade é inconstitucional, por invadir a competência legislativa privativa da União.

(D) a lei sobre crimes de responsabilidade é válida, por versar sobre procedimento em matéria processual, de competência concorrente, e as demais também são válidas.

(E) a lei municipal é inconstitucional, pois a fixação do horário de funcionamento do comércio compete ao Estado, e as duas leis estaduais são válidas.

Por que C está correta. A Súmula Vinculante 46 do STF reserva à União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das normas de processo e julgamento; a lei estadual é inconstitucional. A organização, as garantias, os direitos e os deveres das polícias civis são matéria de competência concorrente (CF, art. 24, XVI), e o estado pode legislar respeitando as normas gerais da União (Lei nº 14.735/2023). O Município é competente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial (Súmula Vinculante 38), assunto de interesse local (art. 30, I).

Fundamento: CF, arts. 22, I, 24, XVI, e 30, I; STF, Súmulas Vinculantes 38 e 46.

A A definição dos crimes de responsabilidade e de seu processo é competência privativa da União (SV 46), não matéria de autonomia estadual.

B A organização, as garantias, os direitos e os deveres das polícias civis estão no art. 24, XVI, como competência concorrente.

D O STF trata os crimes de responsabilidade como matéria privativa da União (SV 46), e não como procedimento processual concorrente.

E A Súmula Vinculante 38 atribui ao Município a fixação do horário de funcionamento do comércio local.

Pulo do gato: Crime de responsabilidade: só a União (SV 46). Polícia civil: concorrente. Horário do comércio: Município (SV 38).

Questão 35 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Controle de Constitucionalidade

O partido político Alfa, que contava com um único deputado federal, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade contra lei federal. Meses depois, antes do julgamento, o deputado desfiliou-se, e o partido ficou sem representação no Congresso Nacional. A direção partidária protocolou, então, pedido de desistência da ação. Na mesma época, o Governador de um estado ajuizou ação declaratória de constitucionalidade de outra lei federal, demonstrando a existência de decisões judiciais conflitantes sobre sua validade e o impacto direto da controvérsia sobre as finanças estaduais.

Considerando a Constituição Federal, a Lei nº 9.868/1999 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

(A) a ADI deve prosseguir, pois a representação é aferida no ajuizamento e não se admite desistência, e o Governador tem legitimidade para a ADC, demonstrada a pertinência temática.

(B) a ADI deve prosseguir, mas o pedido de desistência deve ser homologado se apresentado antes das informações dos órgãos responsáveis pela norma impugnada.

(C) a ADI deve ser extinta, pois a perda superveniente de representação retira a legitimidade do partido, e o Governador não pode propor ADC, restrita aos legitimados de 1993.

(D) a ADI deve prosseguir, e a ADC do Governador deve ser conhecida mesmo sem controvérsia judicial relevante, por ser ele legitimado universal.

(E) a ADI deve ser extinta sem resolução de mérito, podendo o partido ajuizar nova ação quando recuperar representação, e a ADC do Governador deve ser processada.

Por que A está correta. O STF afere a representação do partido político no Congresso Nacional no momento do ajuizamento; a perda superveniente não prejudica a ADI (ADI 2.618 AgR-AgR). Proposta a ação direta, não se admite desistência (Lei nº 9.868/1999, art. 5º), porque o processo é objetivo. Desde a EC nº 45/2004, os legitimados para a ADC são os mesmos da ADI (CF, art. 103; Lei nº 9.868/1999, art. 13), e o Governador, legitimado especial, deve demonstrar pertinência temática; a petição da ADC deve indicar a controvérsia judicial relevante (art. 14, III), o que foi feito.

Fundamento: CF, art. 103, V e VIII; Lei nº 9.868/1999, arts. 5º, 13 e 14, III; STF, ADI 2.618 AgR-AgR (representação partidária aferida no ajuizamento).

B A Lei nº 9.868/1999 (art. 5º) veda a desistência em qualquer momento, não apenas depois das informações.

C A representação é aferida no ajuizamento, e, desde a EC nº 45/2004, o Governador também pode propor ADC.

D O Governador é legitimado especial (precisa de pertinência temática), e a ADC exige controvérsia judicial relevante (art. 14, III).

E A perda superveniente de representação não leva à extinção da ADI já proposta pelo partido.

Pulo do gato: Partido: representação vale na data da propositura. ADI não admite desistência. Governador propõe ADC com pertinência temática.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 36 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Gestão de Politicas Públicas

Uma Secretaria Estadual de Segurança Pública contratou consultoria para revisar o desenho de sua política de prevenção à violência contra a mulher. No relatório final, os consultores apresentaram afirmações sobre o ciclo de políticas públicas e os modelos que explicam suas etapas.

Analise as afirmativas a seguir.

I. Segundo o modelo de múltiplos fluxos, de John Kingdon, uma questão tende a ingressar na agenda decisória quando convergem os fluxos dos problemas, das soluções e da política, abrindo-se uma janela de oportunidade que pode ser aproveitada por empreendedores de políticas.
II. Na abordagem bottom-up da implementação, ganha relevo a discricionariedade dos burocratas de nível de rua, como policiais e atendentes, cujas decisões no contato direto com o cidadão moldam a política efetivamente entregue.
III. O incrementalismo, associado a Charles Lindblom, sustenta que a decisão exige a análise exaustiva de todas as alternativas possíveis e de suas consequências antes da escolha da melhor solução.
IV. A avaliação ocorre exclusivamente após o encerramento da implementação, não se admitindo avaliação prévia nem durante a execução da política.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) III, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) I e II, apenas.

Por que E está correta. Estão corretas I e II. I descreve com precisão o modelo de Kingdon: fluxos de problemas, de soluções (alternativas) e político, cuja convergência abre janelas de oportunidade exploradas por empreendedores de políticas. II resume a abordagem bottom-up, que parte da atuação dos implementadores na ponta e da discricionariedade dos burocratas de nível de rua (Lipsky). III está errada: a análise exaustiva de todas as alternativas é traço do modelo racional-compreensivo; o incrementalismo de Lindblom defende ajustes sucessivos e limitados a partir das políticas existentes. IV está errada: a avaliação pode ser ex ante, intermediária (durante a execução) ou ex post.

Fundamento: Gestão de políticas públicas: modelo de múltiplos fluxos (Kingdon); abordagens top-down e bottom-up da implementação e burocracia de nível de rua (Lipsky); incrementalismo (Lindblom) × modelo racional-compreensivo; avaliação ex ante, intermediária e ex post.

A Deixa de fora a II, que descreve corretamente a abordagem bottom-up.

B A afirmativa III atribui ao incrementalismo o traço do modelo racional-compreensivo.

C Inclui a III, que confunde incrementalismo com racionalidade exaustiva, e deixa de fora a II.

D Inclui a IV: a avaliação pode ser feita antes, durante e depois da implementação.

Pulo do gato: Kingdon: três fluxos e a janela. Bottom-up: o burocrata da ponta. Lindblom: passos pequenos, não análise total.

Questão 37 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Responsabilidade civil do estado

Durante operação da Polícia Civil em uma comunidade, houve intensa troca de tiros com integrantes de grupo criminoso. Joana, moradora que voltava do trabalho, foi atingida por um disparo e ficou com sequelas permanentes. A perícia não conseguiu determinar se o projétil partiu de arma de policiais ou de criminosos. Joana ajuizou ação indenizatória diretamente contra o investigador Paulo, que comandava a equipe na rua, e contra o Estado. Em defesa, o Estado alegou que a perícia inconclusiva afastaria o nexo causal e que caberia a Joana provar a origem do disparo.

Considerando o art. 37, § 6º, da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

(A) a responsabilidade do Estado é subjetiva, por se tratar de dano associado à conduta de criminosos, cabendo a Joana demonstrar a falha dos policiais na condução da operação.

(B) o Estado responde objetivamente, cabendo-lhe provar eventual excludente, e a perícia inconclusiva não afasta, por si só, sua responsabilidade; a ação não pode ser movida diretamente contra Paulo.

(C) o Estado responde objetivamente, e Joana pode escolher demandar o Estado, Paulo ou ambos em litisconsórcio, já que o agente atuou nessa qualidade.

(D) o Estado não responde, pois a perícia inconclusiva rompe o nexo causal, e somente Paulo, se comprovado dolo ou culpa, poderá ser responsabilizado pelo dano.

(E) o Estado responde objetivamente apenas se provado que o disparo partiu de arma policial, caso em que poderá cobrar de Paulo, em regresso, mesmo sem dolo ou culpa.

Por que B está correta. No Tema 1.237, o STF fixou que o Estado responde civilmente, pela teoria do risco administrativo, por morte ou ferimento decorrentes de operações de segurança pública; cabe ao ente provar as excludentes, e a perícia inconclusiva sobre a origem do disparo não basta, por si só, para afastar a responsabilidade. No Tema 940, firmou a tese da dupla garantia: a ação deve ser proposta contra o Estado, e não diretamente contra o agente, assegurado o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.

Fundamento: CF, art. 37, § 6º; STF, Tema 1.237 da repercussão geral (ARE 1.385.315); STF, Tema 940 da repercussão geral (RE 1.027.633).

A A responsabilidade do Estado em operações de segurança pública é objetiva, pelo risco administrativo (Tema 1.237 do STF).

C Pelo Tema 940 do STF, a vítima não pode acionar diretamente o agente público; demanda o Estado, que tem direito de regresso.

D A perícia inconclusiva não rompe o nexo nem transfere o ônus à vítima; o Estado é que deve provar a excludente.

E Exigir prova da origem do disparo contraria o Tema 1.237, e o regresso contra o agente depende de dolo ou culpa.

Pulo do gato: Bala perdida em operação: Estado responde, o ônus da excludente é dele; ação contra o Estado, não contra o policial.

Questão 38 · Gabarito D

Questão real · FGV · 2026 · PC-PI · Oficial Investigador · Improbidade administrativa - Lei nº 8.429 de 1992 e Lei nº 14.230 de 2021

Após complexa investigação, Lucas foi indiciado, pela Polícia Civil do Estado do Piauí, pela prática do crime de peculato. Registre-se que, além da responsabilização na esfera criminal, o Ministério Público ingressou, em juízo, com uma ação de improbidade administrativa em face do agente. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. ( ) Ao réu será assegurado o direito de ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação, e a sua recusa ou o seu silêncio não implicarão confissão. ( ) Em qualquer momento do processo, verificada a inexistência do ato de improbidade, o juiz julgará extinto o processo sem resolução de mérito. ( ) É lícito ao juiz condenar o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial. A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo é

(A) F – V – F.

(B) V – F – V.

(C) F – F – F.

(D) V – F – F.

(E) F – V – V.

Por que D está correta. Gabarito D (V – F – F). A primeira é verdadeira: o art. 17, § 18, da Lei nº 8.429/1992 (redação da Lei nº 14.230/2021) assegura ao réu o direito de ser interrogado, e a recusa ou o silêncio não implicam confissão. A segunda é falsa: verificada a inexistência do ato de improbidade, o juiz julgará a demanda improcedente (art. 17, § 11), com resolução de mérito, e não extinguirá o processo sem resolução de mérito. A terceira é falsa: é nula a decisão que condena o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial (art. 17, § 10-F, I).

A Erra a primeira (o direito ao interrogatório e ao silêncio está no art. 17, § 18) e a segunda (a inexistência do ato leva à improcedência).

B Erra a terceira: a condenação por tipo diverso do da inicial é nula (art. 17, § 10-F, I).

C Erra a primeira, que reproduz o art. 17, § 18, da lei.

E Erra as três: a primeira é verdadeira, e a segunda e a terceira são falsas.

Pulo do gato: Improbidade: réu pode calar sem confessar; ato inexistente é improcedência; nada de condenar por tipo diverso da inicial.

Questão 39 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Organização da Administração Pública

Para reorganizar a segurança pública, um estado adotou três medidas: (1) por lei, criou, na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, uma Coordenadoria de Inteligência, subordinada ao Secretário; (2) por lei específica, criou autarquia responsável pela perícia oficial, com patrimônio e receitas próprios; (3) por contrato precedido de licitação, transferiu a uma empresa privada a execução do serviço de remoção e guarda de veículos apreendidos, mantendo consigo a titularidade do serviço. Em parecer, a procuradoria do estado classificou as três medidas segundo as formas de distribuição de competências na Administração.

Sobre essas medidas, é correto afirmar que

(A) a primeira configura descentralização, por criar unidade com atribuições próprias, a segunda, desconcentração, e a terceira, descentralização por delegação.

(B) a primeira configura desconcentração, a segunda, descentralização por outorga, com subordinação hierárquica da autarquia ao Secretário, e a terceira, delegação.

(C) a primeira configura desconcentração, a segunda, descentralização por delegação, e a terceira, descentralização por outorga, por haver transferência do serviço.

(D) as três configuram descentralização administrativa, pois em todas houve transferência de competências a pessoas jurídicas distintas do Estado.

(E) a primeira configura desconcentração, a segunda, descentralização por outorga, com controle finalístico sobre a autarquia, e a terceira, descentralização por delegação.

Por que E está correta. A criação de órgão dentro da mesma pessoa jurídica (Coordenadoria na Secretaria) é desconcentração: há distribuição interna de competências, com hierarquia. A criação de autarquia por lei específica (CF, art. 37, XIX) é descentralização por outorga (ou por serviços): transfere-se a titularidade e a execução a nova pessoa jurídica, sujeita a controle finalístico (tutela), sem hierarquia. A transferência só da execução a particular, por contrato, mantida a titularidade, é descentralização por delegação (ou colaboração).

Fundamento: CF, art. 37, XIX; Decreto-Lei nº 200/1967, arts. 4º e 5º, I; doutrina administrativista sobre desconcentração e descentralização por outorga e por delegação.

A Inverte os conceitos: órgão criado dentro da Secretaria é desconcentração; a autarquia é descentralização.

B Entre o ente e a autarquia não há hierarquia, mas controle finalístico (tutela).

C Troca outorga e delegação: a lei que cria autarquia faz outorga; o contrato que transfere só a execução faz delegação.

D A Coordenadoria é órgão sem personalidade jurídica; sua criação é desconcentração, não descentralização.

Pulo do gato: Dentro da mesma pessoa: desconcentração. Nova pessoa por lei: outorga. Contrato só da execução: delegação.

Questão 40 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2026 · TJ-PR · Juiz Substituto · Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990

No Município Alfa , até o mês de julho de 2024, vigorava a Legislação Municipal que previa que determinados servidores tinham direito aos adicionais de insalubridade, caso trabalhassem habitualmente expostos a agentes nocivos e de periculosidade, se trabalhassem em condições de risco acentuado à sua integridade física. Os adicionais eram calculados em percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento básico do servidor. Em agosto de 2024, foi editada Lei Municipal que modificava os critérios de cálculo dos adicionais, que passaram a valer o montante fixo de R$ 500,00 (quinhentos reais), pouco importando o rendimento do servidor. O sindicato dos servidores impetrou mandado de segurança coletivo, aduzindo violação de direito

líquido e certo. Sobre o caso narrado, considerando a legislação em vigor e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

(A) O mandado de segurança coletivo, no caso hipotético, não deve ser concedido, pois visa a realizar controle abstrato de constitucionalidade, o que é vedado pela Súmula 266 do Supremo Tribunal Federal.

(B) A alteração dos critérios de cálculo dos adicionais citados, com redução da remuneração, persistindo as mesmas condições de trabalho, viola o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

(C) A mudança da base de cálculo do adicional de insalubridade, ainda que implique em redução de vencimentos, não representa ofensa a direito adquirido.

(D) Quando há extinção da causa que justifica a percepção da verba propter laborem , sua supressão é ilegítima porque desaparece o próprio fundamento para sua existência.

(E) O STJ interpreta vencimentos em sentido amplo, equivalente à remuneração total nominal, sendo possível afirmar que existe direito adquirido a regime jurídico de cálculo.

Por que B está correta. Gabarito B. O servidor não tem direito adquirido a regime jurídico nem à forma de cálculo da remuneração, mas a garantia da irredutibilidade de vencimentos (CF, art. 37, XV) impede que a alteração reduza o valor nominal da remuneração enquanto persistirem as mesmas condições que justificam o adicional. Para o STJ, a mudança da base de cálculo é possível, desde que não haja decesso remuneratório; trocar 30% do vencimento por R$ 500,00, com redução, viola a irredutibilidade.

A O mandado de segurança coletivo impugna efeitos concretos da lei sobre a remuneração dos substituídos, e não a lei em tese; a Súmula 266 do STF não se aplica.

C Ainda que não haja direito adquirido à forma de cálculo, a alteração com redução de vencimentos ofende a irredutibilidade; a afirmativa legitima o decesso.

D É o contrário: extinta a causa da verba propter laborem, sua supressão é legítima, porque desaparece o fundamento do pagamento.

E O STJ nega direito adquirido a regime jurídico de cálculo; a proteção é a irredutibilidade do valor nominal.

Pulo do gato: Não há direito adquirido a regime de cálculo, mas há irredutibilidade: mudar a fórmula pode, reduzir o valor não.

Legislação Estadual e Institucional

Questão 41 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná

Jéssica foi aprovada no concurso para Agente de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Paraná, realizado com distribuição de vagas por região. Antes da nomeação, ela procurou conhecer algumas regras da Lei Complementar estadual nº 259/2023, que estrutura as carreiras da instituição.

Considerando essa lei complementar, com as alterações posteriores, analise as afirmativas a seguir.

I. A residência na comarca em que desempenhará suas atividades regulares é inerente à carreira, salvo expressa autorização do Conselho Superior da Polícia Civil.
II. Ela deverá permanecer, por no mínimo três anos, em unidades situadas na macrorregião para a qual concorreu, sob pena de contagem em dobro do prazo para a promoção ao nível III.
III. Nomeada, terá trinta dias para tomar posse, prazo que a Administração poderá prorrogar, de ofício, uma única vez, por igual período.
IV. Se for reprovada em alguma disciplina do curso de formação técnico-profissional, será exonerada, após a avaliação do conjunto de seu desempenho no estágio probatório.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) I, II e III.

Por que B está correta. Estão corretas I e II. I reproduz o art. 9º da LC nº 259/2023: a residência na comarca é inerente às carreiras, salvo expressa autorização do Conselho Superior da Polícia Civil. II reproduz o art. 20: no concurso com distribuição de vagas por região, o servidor deve permanecer no mínimo três anos na macrorregião escolhida, sob pena de contagem em dobro do prazo para a promoção ao nível III. III está errada: pelo art. 25, a posse ocorre em 30 dias da publicação do ato de provimento, prorrogável uma vez por igual período mediante requerimento do interessado, a juízo da autoridade competente, e não de ofício. IV está errada: o art. 26-A, § 1º (LC nº 285/2025), diz que a reprovação em qualquer disciplina do curso de formação acarreta a imediata demissão do aluno policial civil.

Fundamento: LC estadual (PR) nº 259/2023, arts. 9º, 20, 25 e 26-A, § 1º (este com redação da LC nº 285/2025). Texto oficial: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=300584&indice=1&totalRegistros=1

A Deixa de fora a II, que reproduz o art. 20 da lei.

C Inclui a III: a prorrogação da posse depende de requerimento do interessado, não de ato de ofício.

D Inclui a III e a IV: a reprovação no curso gera imediata demissão (art. 26-A, § 1º), sem avaliação de conjunto.

E Inclui a III, que troca o requerimento do interessado por prorrogação de ofício.

Pulo do gato: LC 259: mora na comarca; 3 anos na macrorregião ou promoção ao nível III conta em dobro; posse em 30 dias, prorrogável a pedido; reprovou no curso, demissão imediata.

Questão 42 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Legislação aplicada à atividade institucional e policial

O delegado de polícia Rubens cumpriu, às 23h, mandado de prisão preventiva expedido contra Válter e, logo após a chegada à delegacia, iniciou seu interrogatório, sem que o preso consentisse em prestar declarações naquele horário. No mesmo plantão, Rubens interrogou Sílvio, preso em flagrante às 22h pela prática de roubo, que, assistido por advogado, decidiu falar.

Considerando a Lei nº 13.869/2019, analise as afirmativas a seguir.

I. A conduta de Rubens em relação a Válter só configura crime de abuso de autoridade se praticada com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou ainda por mero capricho ou satisfação pessoal.
II. O interrogatório de Sílvio durante o período de repouso noturno não configura crime, por se tratar de preso capturado em flagrante delito.
III. Condenado Rubens por abuso de autoridade, a perda do cargo será efeito automático da condenação, independentemente de reincidência.
IV. Os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública condicionada à representação do ofendido, admitida a ação privada subsidiária.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) I, II e IV.

Por que C está correta. Estão corretas I e II. I: o art. 1º, § 1º, exige o dolo específico: as condutas só são crime quando praticadas com a finalidade de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou por mero capricho ou satisfação pessoal. II: o art. 18 tipifica submeter o preso a interrogatório policial durante o repouso noturno, salvo se capturado em flagrante delito ou se, devidamente assistido, consentir em prestar declarações; Sílvio foi preso em flagrante. III está errada: a inabilitação e a perda do cargo dependem de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticas, devendo ser declaradas motivadamente na sentença (art. 4º, parágrafo único). IV está errada: a ação penal é pública incondicionada, admitida a ação privada subsidiária se a pública não for intentada no prazo legal (art. 3º).

Fundamento: Lei nº 13.869/2019, arts. 1º, § 1º, 3º, 4º, III e parágrafo único, e 18 (texto conferido em planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13869.htm).

A Deixa de fora a II: o flagrante é exceção expressa do art. 18.

B Deixa de fora a I, que reproduz o elemento subjetivo especial do art. 1º, § 1º.

D Inclui a III e a IV, ambas erradas: a perda do cargo exige reincidência, e a ação é pública incondicionada.

E Inclui a IV: a ação penal nos crimes de abuso de autoridade é pública incondicionada (art. 3º).

Pulo do gato: Abuso exige dolo específico; interrogatório noturno é permitido no flagrante; perda do cargo só com reincidência; ação incondicionada.

Questão 43 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Paraná

Wellington foi preso em flagrante pela prática de estupro (art. 213 do Código Penal) e, na delegacia, apresentou carteira de identidade original, em bom estado de conservação e sem nenhum indício de falsificação, com dados compatíveis com os registros oficiais. Seu advogado sustentou que, por estar civilmente identificado, Wellington não poderia ser submetido a identificação criminal, muito menos à coleta de material biológico, que dependeria de prévia autorização judicial. O delegado de polícia analisou o pedido antes de concluir o auto.

Considerando a Lei nº 12.037/2009, com as alterações promovidas pela Lei nº 15.295/2025, é correto afirmar que

(A) Wellington, por estar civilmente identificado, não pode ser submetido a identificação criminal, salvo se houver dúvida fundada sobre a autenticidade do documento apresentado.

(B) a identificação criminal só será possível após o recebimento da denúncia pelo crime de estupro, quando então incluirá a coleta de material biológico.

(C) a identificação criminal é cabível, mas a coleta de material biológico depende de despacho da autoridade judiciária, mediante representação da autoridade policial.

(D) por se tratar de prisão em flagrante por crime contra a liberdade sexual, será feita a identificação criminal, que incluirá a coleta de material biológico para obtenção do perfil genético.

(E) a identificação criminal é cabível e se limita aos processos datiloscópico e fotográfico, pois a coleta de perfil genético é reservada aos condenados por crime hediondo.

Por que D está correta. Em regra, o civilmente identificado não é submetido a identificação criminal (CF, art. 5º, LVIII; Lei nº 12.037/2009, art. 1º). A Lei nº 15.295/2025, porém, incluiu o inciso VII no art. 3º (recebimento da denúncia pelos crimes que enumera, entre eles o crime praticado com grave violência contra a pessoa e o crime contra a liberdade sexual ou sexual contra vulnerável) e o § 2º no art. 5º: nos casos de prisão em flagrante por esses crimes, também será feita a identificação criminal, incluindo a coleta de material biológico para obtenção do perfil genético. O estupro está no capítulo dos crimes contra a liberdade sexual.

Fundamento: Lei nº 12.037/2009, arts. 1º, 3º, VII, "b", e 5º, §§ 1º e 2º (redação da Lei nº 15.295/2025; texto conferido em planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12037.htm).

A Ignora a hipótese legal da prisão em flagrante por crime contra a liberdade sexual (art. 5º, § 2º), que independe de dúvida sobre o documento.

B O recebimento da denúncia é a hipótese do art. 3º, VII; para a prisão em flagrante, o § 2º do art. 5º já determina a identificação com coleta de material biológico.

C O despacho judicial é exigido na hipótese do art. 3º, IV; no flagrante por crime do inciso VII, a coleta decorre diretamente da lei.

E A lei passou a prever a coleta de perfil genético também na identificação criminal do flagrante por esses crimes, além da regra da LEP para condenados.

Pulo do gato: Flagrante por crime contra a liberdade sexual: identificação criminal com DNA, mesmo com RG perfeito (Lei nº 15.295/2025).

Questão 44 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Constituição do Estado do Paraná

Em auditoria sobre a gestão de uma secretaria do Estado do Paraná, verificou-se que: (1) campanha publicitária sobre prevenção de golpes digitais trazia, em destaque, o nome e a fotografia do Secretário; (2) a Administração não publicava, havia mais de um ano, relatório das despesas com propaganda e publicidade; (3) os vencimentos dos servidores de determinado mês foram pagos quinze dias após o último dia do mês vencido, sem nenhum acréscimo. O Secretário alegou que a campanha tinha caráter educativo e que a

Constituição Estadual não trata de prazo para pagamento de servidores.

Considerando a Constituição do Estado do Paraná, é correto afirmar que

(A) o caráter educativo da campanha afasta a irregularidade, embora a falta do relatório semestral e o atraso sem correção violem a Constituição Estadual.

(B) a campanha é irregular, mas o relatório das despesas com publicidade tem periodicidade anual, e o atraso só gera correção se superar trinta dias.

(C) as três situações são regulares, pois a Constituição Estadual remete à lei ordinária a disciplina da publicidade oficial e do calendário de pagamento dos servidores.

(D) a campanha viola a vedação de promoção pessoal, o relatório das despesas com publicidade deve ser publicado semestralmente no Diário Oficial, e o atraso impõe a correção dos vencimentos.

(E) a campanha e a falta do relatório são irregulares, mas a correção dos vencimentos pagos com atraso depende de decisão do Tribunal de Contas do Estado.

Por que D está correta. O art. 27, § 1º, da Constituição do Paraná exige que a publicidade dos órgãos públicos tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social, sem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores; o caráter educativo não autoriza a imagem do Secretário. O § 2º manda a administração publicar, semestralmente, no Diário Oficial, relatório das despesas com propaganda e publicidade, especificando os veículos. O § 7º determina que os vencimentos dos servidores estaduais sejam pagos até o último dia do mês vencido, corrigindo-se os valores se o prazo for ultrapassado.

Fundamento: Constituição do Estado do Paraná, art. 27, §§ 1º, 2º e 7º. Texto oficial: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=9779&indice=1&totalRegistros=1

A O caráter educativo é exigido, mas não basta: a peça não pode conter nome ou imagem que caracterize promoção pessoal (art. 27, § 1º).

B O relatório é semestral (§ 2º), e a correção incide sempre que ultrapassado o prazo do § 7º, sem carência de trinta dias.

C As três regras estão na própria Constituição Estadual (art. 27, §§ 1º, 2º e 7º), com eficácia direta.

E A correção decorre diretamente do art. 27, § 7º, e não de decisão do Tribunal de Contas.

Pulo do gato: Constituição do PR: sem promoção pessoal na publicidade; relatório de propaganda a cada semestre; salário até o fim do mês vencido, ou com correção.

Questão 45 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis

Rodolfo, oficial investigador da Polícia Civil com dois anos de efetivo exercício no cargo, foi preso preventivamente por decisão judicial em investigação de crime comum, sem relação com suas funções. A família perguntou se ele já era estável no serviço público, onde deveria ficar recolhido e a quem a prisão deveria ser comunicada. No mesmo período, Celina, investigadora que acabara de se aposentar, questionou se manteria a autorização para portar arma de fogo.

Considerando a Lei nº 14.735/2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis), é correto afirmar que

(A) Rodolfo tem direito ao recolhimento em unidade prisional da própria instituição e à pronta comunicação da prisão ao seu chefe imediato, e Celina conserva a autorização do livre porte de arma de fogo.

(B) Rodolfo só terá direito ao recolhimento em unidade prisional da própria instituição após o trânsito em julgado de eventual condenação, e Celina conserva o porte de arma de fogo.

(C) a prisão de Rodolfo deve ser comunicada de imediato ao juiz corregedor da polícia judiciária, e Celina perde a autorização de porte de arma com a aposentadoria.

(D) Rodolfo já é estável, pois a estabilidade do policial civil é adquirida após dois anos de efetivo exercício, e tem direito ao recolhimento em unidade da própria instituição.

(E) Rodolfo tem direito a prisão especial em quartel das Forças Armadas, e Celina conserva o porte de arma apenas no território do estado em que se aposentou.

Por que A está correta. O art. 30 da Lei nº 14.735/2023 assegura ao policial civil o recolhimento em unidade prisional da própria instituição para cumprimento de prisão provisória ou de sentença penal condenatória

transitada em julgado (inciso IV) e a pronta comunicação de sua prisão ao chefe imediato (inciso V). O § 3º garante que os policiais civis, ao se aposentarem, conservem a autorização do livre porte de arma de fogo válido em todo o território nacional, na forma da legislação em vigor. A estabilidade, pelo § 15, só vem após três anos de efetivo exercício; Rodolfo, com dois, ainda não é estável.

Fundamento: Lei nº 14.735/2023, art. 30, IV e V, e §§ 3º e 15. Texto oficial: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14735.htm

B O inciso IV abrange também a prisão provisória, como a preventiva de Rodolfo.

C A comunicação é ao chefe imediato (inciso V), e o aposentado conserva o porte de arma (§ 3º).

D A estabilidade do policial civil exige três anos de efetivo exercício (§ 15).

E O recolhimento é em unidade prisional da própria instituição, e o porte do aposentado vale em todo o território nacional.

Pulo do gato: Policial civil preso: unidade da própria instituição e aviso ao chefe imediato. Aposentado mantém o porte. Estabilidade: 3 anos.

Direitos Humanos

Questão 46 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos: Instituições

Após o trâmite perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o caso de Lucimar, vítima de violações praticadas por agentes estatais brasileiros em 2015, foi submetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Durante o processo, testemunhas passaram a sofrer ameaças graves, e a Corte adotou medidas para protegê-las. Ao final, condenou o Brasil, entre outras obrigações, ao pagamento de indenização compensatória. Representantes do Estado discordaram da sentença, cogitaram recorrer e questionaram a forma de execução da parte indenizatória no país.

Considerando a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e o reconhecimento da competência da Corte pelo Brasil, é correto afirmar que

(A) a sentença pode ser objeto de recurso à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, que poderá reformá-la por maioria absoluta dos Estados-membros.

(B) a sentença é inapelável, mas o pedido de interpretação deve ser apresentado em até trinta dias da notificação, e a indenização depende de homologação pelo STJ.

(C) a parte indenizatória da sentença depende de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça, como as sentenças estrangeiras, antes de ser executada no Brasil.

(D) a Corte não poderia ter adotado medidas provisórias para proteger as testemunhas, providência que, nos casos já submetidos a ela, compete exclusivamente à Comissão.

(E) a sentença é definitiva e inapelável, cabendo apenas pedido de interpretação, e a parte indenizatória pode ser executada no Brasil pelo processo interno de execução contra o Estado.

Por que E está correta. O Brasil reconheceu a competência contenciosa da Corte para fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998, o que alcança o caso. A sentença da Corte é definitiva e inapelável; havendo divergência sobre seu sentido ou alcance, cabe apenas pedido de interpretação, apresentado em até 90 dias da notificação (art. 67). A parte que determina indenização compensatória pode ser executada no país pelo processo interno vigente para a execução de sentenças contra o Estado (art. 68.2). Nos casos de extrema gravidade e urgência, a Corte pode adotar medidas provisórias nos assuntos de que estiver conhecendo (art. 63.2).

Fundamento: Convenção Americana sobre Direitos Humanos, arts. 63.2, 67 e 68; Decreto Legislativo nº 89/1998 e Decreto nº 4.463/2002 (reconhecimento da competência contenciosa da Corte para fatos posteriores a 10/12/1998).

A Não há recurso contra a sentença da Corte, nem competência revisora da Assembleia Geral da OEA (art. 67).

B O prazo do pedido de interpretação é de 90 dias (art. 67), e a execução da indenização não depende de homologação.

C A sentença da Corte não é sentença estrangeira: é decisão de tribunal internacional cuja jurisdição o Brasil reconheceu, executável pelo processo interno (art. 68.2).

D Nos casos de que estiver conhecendo, a própria Corte adota medidas provisórias; a Comissão só as solicita em assuntos ainda não submetidos à Corte (art. 63.2).

Pulo do gato: Sentença da Corte IDH: inapelável, interpretação em 90 dias, indenização executada como sentença contra o Estado, sem homologação.

Questão 47 · Gabarito A

Questão real · FGV · 2024 · PC-MG · Investigador de Polícia I · Direitos Humanos no Ordenamento Nacional

A Emenda Constitucional nº 45/2004 aprimorou as regras de internalização dos tratados internacionais sobre Direitos Humanos. Sobre essa temática, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. ( ) Prevalece o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que, após o advento da EC nº 45/2004, todos os tratados de Direitos Humanos têm natureza de norma constitucional. ( ) Os tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. ( ) Os tratados e convenções de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil não precisam ser aprovados pelo Congresso Nacional, tendo em vista o disposto no Art. 5º, § 1º, da Constituição Federal. As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – F.

(B) F – F – V.

(C) F – F – F.

(D) V – V – F.

(E) V – F – V.

Por que A está correta. Gabarito A (F – V – F). A primeira é falsa: o STF (RE 466.343) atribuiu status supralegal aos tratados de direitos humanos não aprovados pelo rito especial; só os aprovados na forma do art. 5º, § 3º, têm equivalência de emenda constitucional. A segunda é verdadeira: é a redação do art. 5º, § 3º, da Constituição, incluído pela EC nº 45/2004. A terceira é falsa: a incorporação exige aprovação do Congresso Nacional (art. 49, I) e ratificação e promulgação pelo Presidente; o § 1º do art. 5º trata da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos fundamentais, não dispensa essa aprovação.

B Erra a segunda, que reproduz o art. 5º, § 3º, e a terceira, que é falsa.

C Erra a segunda: o rito do art. 5º, § 3º, dá equivalência de emenda constitucional.

D Erra a primeira: sem o rito especial, o tratado de direitos humanos tem status supralegal, não constitucional.

E Erra as três afirmativas.

Pulo do gato: Tratado de direitos humanos: com rito de emenda, vale como emenda; sem ele, supralegal. Sempre passa pelo Congresso.

Questão 48 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2025 · MPE-ES · Promotor de Justiça Substituto · Direitos Humanos no Ordenamento Nacional

Com base no entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADI 4275/DF, sobre o direito das pessoas transexuais, transgêneras e travestis à requalificação civil de nome e gênero, assinale a afirmativa correta quanto aos requisitos e ao procedimento para o exercício desse direito.

(A) A requalificação civil depende da apresentação de laudo médico e psicológico, que ateste a disforia de gênero e comprove a adequação física ou hormonal à identidade autodeclarada, conforme o princípio da veracidade registral.

(B) O pedido de requalificação civil deve ser submetido ao Poder Judiciário, que verificará a adequação entre o gênero autodeclarado e o sexo biológico constante nos registros oficiais.

(C) O procedimento de requalificação civil é administrativo e autodeclaratório, podendo ser requerido diretamente em cartório de registro civil, sem necessidade de cirurgia, laudos ou decisão judicial, mediante simples manifestação da vontade da pessoa interessada.

(D) O STF condicionou a requalificação civil à alteração prévia dos documentos perante os órgãos previdenciários e de identidade profissional, a fim de evitar divergências cadastrais.

(E) A requalificação civil foi admitida apenas para pessoas maiores de 21 anos, devendo as demais pessoas transexuais, transgêneras e travestis obter prévia autorização judicial, como medida de proteção da personalidade em desenvolvimento.

Por que C está correta. Gabarito C. Na ADI 4.275, o STF reconheceu às pessoas transgênero o direito à alteração do prenome e do gênero diretamente no registro civil, por autodeclaração, independentemente de cirurgia, de laudos médicos ou psicológicos e de autorização judicial. A via administrativa, no cartório, foi regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça.

A O STF afastou a exigência de laudos e de qualquer intervenção corporal ou hormonal.

B O procedimento não depende de ação judicial nem de comparação com o sexo biológico.

D Não há condição de alteração prévia de outros cadastros; a requalificação é feita no registro civil.

E O STF não fixou idade de 21 anos nem exigiu autorização judicial para as demais pessoas.

Pulo do gato: ADI 4.275: nome e gênero se mudam no cartório, por autodeclaração, sem cirurgia, laudo ou juiz.

Ciências Forenses

Questão 49 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Sexologia Forense

Uma mulher de 24 anos relatou ter sido vítima de conjunção carnal forçada, praticada dois dias antes por um conhecido que, segundo ela, havia se submetido a vasectomia anos atrás. No exame de corpo de delito, o perito descreveu hímen sem soluções de continuidade, de óstio amplo e bordas elásticas, que permitia a passagem de dois dedos sem lesão, e coletou material do fundo de saco vaginal. A pesquisa microscópica de espermatozoides foi negativa. O advogado do suspeito sustentou que os dois achados, em conjunto, afastariam a ocorrência de conjunção carnal.

Considerando a sexologia forense, é correto afirmar que

(A) a integridade do hímen exclui a conjunção carnal, de modo que a perícia deve concluir pela inexistência do crime, independentemente de outros vestígios.

(B) o hímen descrito é compatível com o tipo complacente, que admite a conjunção carnal sem rotura, e a pesquisa de PSA (p30) pode indicar ejaculação mesmo sem espermatozoides.

(C) o hímen descrito é do tipo cribriforme, e a ausência de espermatozoides afasta a ejaculação, pois nenhum outro marcador laboratorial permite identificar o sêmen.

(D) o hímen descrito é compatível com o tipo complacente, mas a pesquisa de PSA é inútil em vasectomizados, porque esse antígeno é produzido nos testículos.

(E) o achado indica rotura himenal antiga cicatrizada, pois os entalhes congênitos sempre atingem a borda de inserção do hímen, ao contrário das roturas.

Por que B está correta. O hímen complacente tem óstio amplo e bordas elásticas que permitem a conjunção carnal sem rotura; sua integridade, portanto, não exclui o ato. A ausência de espermatozoides também não afasta a ejaculação: em vasectomizados ou azoospérmicos, o líquido seminal continua sendo produzido pela próstata e pelas vesículas seminais, e marcadores como o antígeno prostático específico (PSA ou p30) e a fosfatase ácida prostática podem identificá-lo. Além disso, um laudo sem vestígios não exclui o crime sexual, que pode ser provado por outros meios.

Fundamento: Medicina legal, sexologia forense: hímen complacente; marcadores do líquido seminal (PSA/p30 e fosfatase ácida prostática) em vasectomizados e azoospérmicos; distinção entre rotura e entalhe himenal.

A O hímen complacente admite a conjunção carnal sem rotura; a integridade himenal não exclui o crime.

C O hímen cribriforme tem múltiplos orifícios, o que não corresponde à descrição; e há marcadores do sêmen independentes dos espermatozoides.

D O PSA é produzido pela próstata, e não pelos testículos; por isso persiste no sêmen de vasectomizados.

E É o contrário: as roturas atingem a borda de inserção do hímen, enquanto os entalhes congênitos não a alcançam.

Pulo do gato: Hímen complacente não rompe; vasectomia tira o espermatozoide, não o PSA.

Questão 50 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Avançado · Teorias Criminológicas: Escola de Chicago - explicação ecológica do crime, Estrutural-funcionalistas, Associação Diferencial, Anomia, Subcultura Delinquente, Crítica ou Radical, Etiquetamento ou "Labelling Approach".

Rafael foi apreendido pela primeira vez, aos 15 anos, por pichar um muro. O episódio foi divulgado na escola e no bairro, e ele passou a ser tratado por professores, vizinhos e policiais como "delinquente". Excluído de atividades e vigiado constantemente, aproximou-se de outros jovens na mesma situação, assumiu a identidade que lhe fora atribuída e passou a praticar furtos com frequência. Em palestra para delegados, um criminólogo usou o caso como exemplo, destacando que a reação social ao primeiro ato, e não o ato em si, foi decisiva para a carreira delinquente de Rafael.

A explicação do criminólogo corresponde à

(A) teoria da associação diferencial, segundo a qual o comportamento criminoso é aprendido na interação com grupos que definem favoravelmente a violação da lei.

(B) teoria da anomia, de Edwin Sutherland, que explica o desvio pela distância entre as metas culturais e os meios institucionalizados disponíveis para alcançá-las.

(C) teoria do etiquetamento (labelling approach), que distingue o desvio primário do secundário, este decorrente da reação social e da assunção do rótulo pelo indivíduo.

(D) teoria da subcultura delinquente, que atribui o desvio primário à reação social e o secundário à adesão a valores opostos aos da classe média.

(E) Escola de Chicago, pois o desvio secundário resulta da desorganização social das zonas de transição das grandes cidades, onde o controle informal é fraco.

Por que C está correta. O labelling approach (teoria do etiquetamento ou da reação social), desenvolvido por autores como Lemert e Becker, desloca o foco do ato para a reação social. Lemert distingue o desvio primário, o ato inicial, de causas variadas, do desvio secundário, que resulta da reação social e da estigmatização, quando o indivíduo assume o rótulo e reorganiza a identidade em torno dele. É exatamente a trajetória de Rafael.

Fundamento: Criminologia: labelling approach (Lemert e Becker), desvio primário e desvio secundário; contraste com associação diferencial (Sutherland), anomia (Merton), subcultura delinquente (Cohen) e Escola de Chicago.

A A associação diferencial (Sutherland) explica o crime pela aprendizagem em grupos; não enfatiza a reação social ao primeiro ato.

B A anomia como descompasso entre metas culturais e meios institucionalizados é de Robert Merton, e não de Sutherland, e não trata do rótulo.

D A subcultura delinquente (Cohen) explica a adesão a valores grupais opostos aos da classe média; os conceitos de desvio primário e secundário pertencem ao etiquetamento.

E A Escola de Chicago explica o crime pela ecologia urbana e pela desorganização social; o desvio secundário é conceito do labelling approach.

Pulo do gato: O rótulo faz o desviante: desvio primário é o ato; desvio secundário é a identidade assumida após a reação social.